adi
agência de inovação

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2013

adi
agência de inovação

ÍNDICE

A- Relatório de Gestão 3

Nota de Abertura 4

1. Contribuição para o Desenvolvimento da I&D Empresarial 6
2. Apoio à I&D Empresarial 11
3. Programas e Projetos de Cooperação Internacional 20
4. Contributo para as Políticas de Inovação e Empreendedorismo 27
5. Papel ativo da AdI no âmbito da Inovação 32

Anexo 1 38

Proposta de Aplicação de Resultados 51

B- Contas de 2013 52

Demonstrações Financeiras 53

Anexo às Contas 54

Parecer do Fiscal Único 55

Certificação Legal das Contas 56

adi
agência de inovação

A – RELATÓRIO DE GESTÃO

adi
agência de inovação

NOTA DE ABERTURA

O ano 2013 foi talvez o mais difícil da existência da AdI. No final de 2012 é publicado o Decreto - Lei 266/2012 que determina a extinção da AdI e a passagem dos seus recursos humanos para o IAPMEI. Perante esta resolução o Conselho de Administração achou por bem entrar em gestão corrente até se cumprir o disposto no referido DL. O encerramento da AdI, já anunciado no decorrer de 2012 de acordo com estratégias governamentais numa perspetiva de redução de custos, levou a que se tivesse procedido, precisamente em dezembro desse ano, a um despedimento coletivo que diminui os quadros de pessoal da empresa em 14 funcionários, eliminando, na prática, quase todo o seu pessoal administrativo dando-se assim prevalência ao pessoal técnico das áreas operacionais, por ser esta a opção compatível com o processo de incorporação no IAPMEI, tendo em atenção as competências definidas no referido Decreto-Lei 266/2012 de 28 de dezembro.

Mesmo perante um contexto extremamente complexo de mudança o Conselho de Administração, que perto do meio do ano se viu reduzido a dois elementos, conseguiu:

- Manter os compromissos assumidos em diversos protocolos com as Autoridades de Gestão no âmbito do QREN;
- Incrementar a articulação com o IAPMEI ao nível da gestão de Incentivos;
- Melhorar níveis de eficiência na gestão do SIFIDE e no trabalho da respetiva Comissão Certificadora;
- Continuar a atividade relativa a alguns projetos internacionais considerados de interesse relevante;
- Participar nos trabalhos preparatórios do próximo Quadro (Portugal 2020), dando particular enfoque às medidas de simplificação, em articulação com outros Organismos Intermédios, e particularmente o IAPMEI;
- Dinamizar, em estreita colaboração com o IAPMEI, e nos prazos estabelecidos superiormente, os trabalhos de elaboração da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente, condicionalidade *ex-ante* para o próximo Quadro Comunitário;
- Dinamizar o programa +E+I em conjunto com o IAPMEI, criando-se assim sinergias e gerando melhores resultados.

Para se conseguir atingir estes objetivos foi necessário uma reorganização das equipas de trabalho, e um esforço acrescido por parte de todos, uma vez que as suas tarefas e volume de trabalho foram acrescidos. Foi ainda necessária a definição de novas funções e a reorganização de chefias intermédias, mantendo uma atuação muito proativa do Conselho de Administração, face às incertezas envolventes e potencialmente perturbadoras do funcionamento das equipas.

O Conselho de Administração estabeleceu ainda como objetivo essencial um aumento da eficiência no funcionamento e uma redução da despesa.

Estamos em crer, como se depreende da leitura do presente relatório, que os objetivos foram atingidos, nomeadamente:

- No âmbito do QREN registou-se um incremento no número de projetos analisados e do número de projetos com sequência em sede de acompanhamento em relação a anos anteriores;
- No SIFIDE, e apesar do elevado número de projetos, todas as candidaturas foram analisadas dentro dos prazos pré - determinados.
- Nos projetos internacionais foram cumpridos todos os compromissos previamente assumidos;
- Verificou-se uma redução da despesa na ordem dos 12% (excluindo a diminuição decorrente do despedimento coletivo).

Cumpre-nos assim, mais uma vez, transmitir os nossos agradecimentos a todos os colaboradores pelo seu desempenho, bem como aos nossos acionistas IAPMEI, FCT PME Investimentos, pela forma solícita com que responderam às necessidades da AdI.

O Conselho de Administração da AdI

adi
agência de inovação

1. CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA I&D EMPRESARIAL

A Agência de Inovação S.A. (AdI), criada em 1993, tem por missão promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico, facilitando o aprofundamento das relações entre o mundo da investigação e o tecido empresarial português.

Apesar da conjuntura económica atual continuar a gerar manifestos constrangimentos à atividade da AdI, havendo mesmo nos últimos anos o suprimento de financiamentos de algumas áreas da sua atividade como já tivemos oportunidade de referir em relatórios anteriores, a AdI continuou no ano de 2013 a contribuir para o desenvolvimento do I&D em Portugal.

Entre as medidas que contribuem para o alargamento da I&D a mais empresas destacamos por exemplo o Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas.

1. Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas

No âmbito do Apoio a Infraestruturas Cientificas e Tecnológicas, a AdI foi nomeada pelo Ministério da Economia, organismo competente para intervir:

a) Aquando dos avisos de abertura dos concursos;
b) Na emissão um parecer conclusivo relativamente ao enquadramento de cada uma das candidaturas nos objetivos das políticas públicas setoriais;
c) Na apreciação do mérito das candidaturas.

O Apoio acima mencionado consubstancia-se em três (3) Sistemas de Apoio:

SAPCTIEBT - Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica;

SAIECT – Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas;

SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas.

As operações a apoiar no âmbito destes sistemas enquadram-se no Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento dos PO`s Regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve).

O SAPCTIEBT visa, designadamente:

a) Criar, promover, consolidar ou expandir infraestruturas de acolhimento e apoio a atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) e à valorização económica e social dessas atividades e de resultados de Investigação e Desenvolvimento (I&D), nomeadamente, parques de C&T (também designados por polos

tecnológicos, parques tecnológicos), incubadoras de empresas de base científica e/ou tecnológica, tendo como principal objetivo a evolução estrutural da economia nacional para setores tecnológicos;

b) Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de I&D e instituições de ensino superior, aproximando centros de criação e difusão de conhecimento dos diferentes setores institucionais, fortalecendo sistemas regionais e setoriais de inovação e desenvolvimento de competências;

c) Promover processos de transferência de tecnologia entre entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e o tecido produtivo, fomentando a interação entre agentes;

d) Promover a valorização económica e social da C&T e o empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica, estimulando a criação e o desenvolvimento de empresas de base científica e/ou tecnológica.

São suscetíveis de financiamento, as seguintes tipologias de operações:

a) Infraestruturas físicas Parques de Ciência e Tecnologia (PCT): Projetos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de PCT compreendendo edifícios e instalações específicas de uso comum tais como laboratórios assim como infraestruturas físicas de uso coletivo incluindo zonas comuns, infraestruturas viárias, telecomunicações, infraestruturas de banda larga, distribuição de água e energia, recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

b) Infraestruturas Físicas de Incubação de Empresas de Base Tecnológica: Projetos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de IEBT compreendendo, nomeadamente, edifícios e instalações específicas de uso comum tais como laboratórios assim como infraestruturas físicas de uso coletivo incluindo zonas comuns, infraestruturas viárias, telecomunicações, banda larga, distribuição de água e energia, recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

c) Empreendedorismo Tecnológico: Projetos estruturados de promoção de novas empresas de base tecnológica, promovidos pelas entidades gestoras de PCT ou de IEBT ou por redes institucionais que integrem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o co-financiamento direto de projetos empresariais;

d) Serviços Partilhados: Reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de PCT e IEBT visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços otimizados às entidades utilizadoras deste tipo de infraestruturas, bem como projetos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de PCT e IEBT, incluindo ações de *benchmarking* internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais.

Por sua vez, o SAIECT visa consolidar e qualificar a oferta de tecnologias, serviços e produtos de base tecnológica e, nomeadamente:

a) Estender e otimizar a capacidade de afirmação das empresas e da sociedade portuguesa a nível internacional através da criação, promoção ou expansão de infraestruturas tecnológicas e de difusão de tecnologia que fomentem a capacitação e a qualidade de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e a sua interação com o tecido produtivo, promovendo a inovação tecnológica e estimulando a criação e o crescimento de novos negócios de base tecnológica;

b) Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de investigação e instituições de ensino superior e estabelecimentos de educação com cursos profissionais, aproximando centros de criação e difusão de conhecimento das empresas, fortalecendo sistemas regionais de inovação e desenvolvimento de competências;

c) Estimular a criação de uma rede coerente de equipamentos e infraestruturas em instituições de investigação científica e tecnológica;

d) Estimular a criação, em estabelecimentos do ensino básico e secundário, de uma rede coerente de infraestruturas e equipamentos tecnológicos, com vista à generalização de práticas pedagógicas inovadoras, à preparação dos alunos para a economia do conhecimento, à modernização da gestão escolar e à garantia da integridade das instalações e equipamentos educativos, no âmbito das iniciativas desenvolvidas pelo Plano Tecnológico da Educação;

e) Promover a articulação entre as redes de ensino superior e da ciência e as infraestruturas das instituições de investigação científica e tecnológica;

f) Consolidar e desenvolver redes de equipamento científico de uso comum;

g) Racionalizar a rede nacional de infraestruturas tecnológicas e científicas;

h) Promover a participação de empresas e outros agentes nacionais em projetos mobilizadores de natureza científica, tecnológica e educativa, estimulando um ambiente inovador para o fomento da competitividade empresarial na economia do conhecimento;

i) Fortalecer a capacidade de resposta das infraestruturas científicas e tecnológicas, dotando-as de capacidade efetiva de resposta aos desafios do tecido económico -produtivo, nomeadamente no desenvolvimento de produtos, serviços e soluções de elevado valor acrescentado.

São suscetíveis de financiamento, as seguintes tipologias de operações:

a) Infraestruturas Tecnológicas: Infraestruturas físicas e equipamentos; Projetos de expansão ou requalificação de infraestruturas tecnológicas já existentes, podendo ainda ser considerados com caráter excecional infraestruturas físicas a desenvolver, em particular, no quadro de novas Centros de Transferência de CTT, CT, INT, CEDP e EN. Compreendem, nomeadamente, edifícios e instalações específicas de uso comum, equipamentos laboratoriais e outros, que permitam o desenvolvimento de competências em áreas tecnológicas relevantes para a competitividade das empresas e/ou a difusão do conhecimento;

b) Infraestruturas científicas: Construção e equipamento de novas instalações; Adaptação, renovação, atualização e expansão de equipamentos científicos e respetivas infraestruturas de instituições científicas e tecnológicas; Remodelação ou adaptação de infraestruturas da ciência com o objetivo de promoção das condições de segurança e da eficiência energética.

c) Plano Tecnológico da Educação: Projetos de infraestruturas de redes e equipamentos tecnológicos; Projetos de desenvolvimento de plataformas e serviços tecnológicos para a Educação.

Por último, o SIAC, visa potenciar os seus resultados com a criação ou melhoria das condições envolventes, com particular relevo para as associadas aos fatores imateriais da competitividade de natureza coletiva, que se materializem na disponibilização de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento na economia.

São suscetíveis de apoio as seguintes tipologias de projeto:

a) Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos setores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional;

b) Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;

c) Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;

d) Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;

e) Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;

f) Atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva.

Os projetos podem ser apresentados de entre três modalidades:

a) Projetos públicos – promovidos exclusivamente por entidades públicas com competências próprias na área de intervenção;

b) Projetos privados – promovidos exclusivamente por entidades privadas sem finalidade lucrativa que deverão merecer parecer positivo das entidades públicas com competências próprias na área de intervenção;

c) Projetos público-privados – promovidos em parceria, integrando entidades privadas e públicas com competências próprias na área de intervenção, sendo q a AdI só se pronuncia sobre Projetos Privados (b)).

Apresenta-se de seguida um Mapa com o Aviso de Abertura de Concurso publicado, cuja avaliação decorreu em 2013.

Região	AAC	Sistema de Apoio	Nº Candidaturas apresentadas	Nº Candidaturas Admitidas (2013)	Nº Candidaturas Parecer favorável
Norte	SAIECT - IET/1/2013	SAIECT	20	10	6

Das 10 propostas de candidatura admitidas ao Aviso SAIECT - IET/1/2013, a AdI emitiu um parecer prévio favorável referente a 6 candidaturas e desfavorável quanto a 4 candidaturas.

Em sede de análise do mérito a AdI pronunciou-se nos Critérios A - Qualidade Intrínseca da Operação e B - Contributo para a Competitividade Nacional, designadamente:

A1 = Coerência e razoabilidade do projeto;

A2 = Impacto na capacidade tecnológica da entidade promotora;

A3 = Disseminação e transferência de resultados;

A4 = Qualidade da equipa responsável pela execução do projeto.

e

B1 = Articulação com as Estratégias de Eficiência Coletiva de âmbito nacional;

B2 = Contributo para o aumento e consolidação das capacidades nacionais de I&DT e inovação tecnológica.

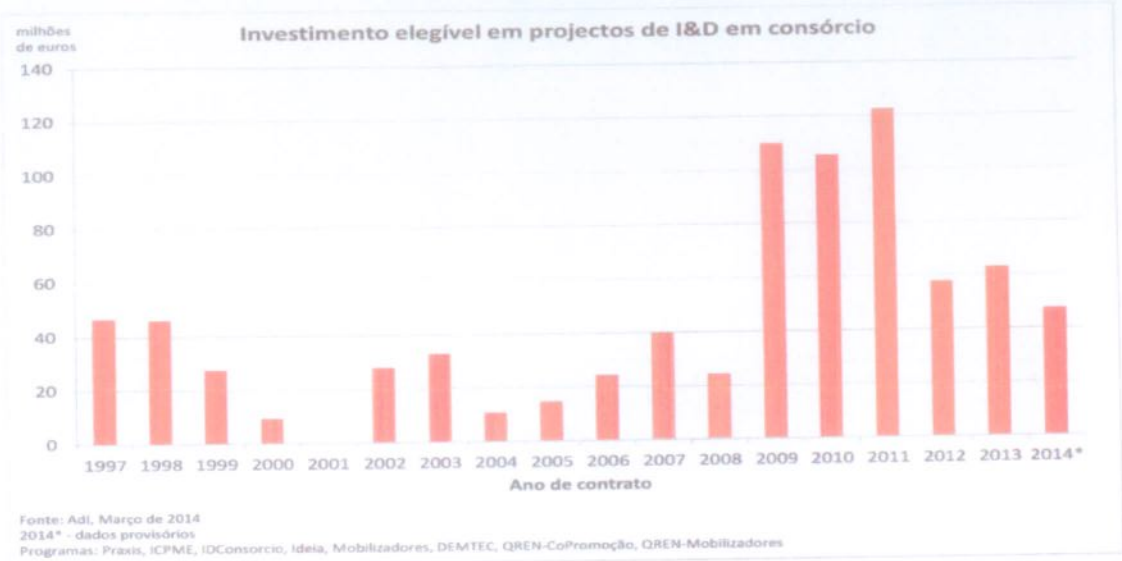
2. APOIO À I&D EMPRESARIAL

No cumprimento do objeto social da AdI, nomeadamente, o desenvolvimento de ações destinadas ao crescimento da inovação tecnológica empresarial em Portugal, a AdI promove a I&D Empresarial, essencialmente, através de dois tipos de apoios:

1. APOIO FINANCEIRO;
2. APOIO FISCAL.

1. O APOIO FINANCEIRO é concretizado atualmente, através de duas medidas financiadas pelo QREN: a I&D em Co-promoção e os Mobilizadores, que têm em comum a I&D ser realizada em consórcio entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

O quadro abaixo ilustra o volume de investimento elegível dos projetos financiados nos últimos 16 anos. Em 2013, o valor do investimento contratado no âmbito das referidas medidas financiadas pelo QREN ascendeu a cerca de 63 milhões de euros, ligeiramente acima do verificado no ano anterior. Verifica-se ainda que no 1º trimestre de 2014 já foi contratado um investimento de mais 47 milhões, perfazendo assim um montante de 110 milhões.



Fonte: Adi, Março de 2014
2014* - dados provisórios
Programas: Praxis, ICPME, IDConsorcio, Ideia, Mobilizadores, DEMTEC, QREN-CoPromoção, QREN-Mobilizadores

No âmbito das 3 fases do AAC 08/2012, que contemplou a receção de candidaturas de forma contínua entre 12 de outubro 2012 e 31 de agosto 2013, foram rececionadas 473 candidaturas, tendo sido avaliadas 451 no decorrer do ano de 2013, das quais foram considerados elegíveis para financiamento 176.

Ainda no decorrer de 2013 e no início de 2014 foram rececionados 77 processos de contraditório – 70 alegações contrárias e 7 reclamações referentes às três fases do AAC 08/2012, estando a sua análise e fase de conclusão.

Co-Promoção e Mobilizadores: Número de candidaturas por aviso de abertura de concurso

Aviso de Concurso		Candidaturas recebidas	Candidaturas avaliadas	Candidaturas elegíveis	Candidaturas elegíveis não financiadas	Candidaturas não financiadas
1º Concurso	2007/05	85	77	40	0	34
2º Concurso	2008/09	207	188	70	26	82
3º Concurso	2008/22	163	162	85	12	55
4º Concurso - Automóvel	2009/02	8	8	6	0	2
5º Concurso - RNG	2009/15	20	19	10	2	7
6º Concurso	2009/16	131	123	52	15	47
7º Concurso	2009/35	147	137	68	13	49
Mobilizadores	2009/36	16	16	14	0	2
8º Concurso	2011/03	132	129	61	0	65
9º Concurso	2011/13	182	173	66	1	102
10º Concurso - Aeronáutica	2012/01	9	8	3	0	5
11º Concurso - fase 1	2012/08	109	100	46	0	54
11º Concurso - fase 2	2012/08	137	132	48	2	82
11º Concurso - fase 3	2012/08	227	219	82	0	137
TOTAL		**1573**	**1491**	**651**	**71**	**723**

Nas 3 fases de I&D em Co-promoção do AAC 08/2012 entraram 473 candidaturas, o que representa um significativo acréscimo do número de projetos face a concursos anteriores.

Esta situação prende-se com o facto de se tratar do último concurso para submissão de candidaturas no âmbito do QREN e do mesmo ter um caráter contínuo, com datas predefinidas para os processos de avaliação, permitindo assim aos promotores estabelecer uma gestão programada da submissão das suas candidaturas até ao final do QREN.

De referir no entanto que a última fase do AAC/2012 registou mais do dobro de candidaturas em relação à 1ª fase, o que se refletiu na alocação dos técnicos da AdI, por forma a conciliar a execução financeira dos projetos em curso e o cumprimento dos prazos de análise estipulados no aviso de abertura de concurso.

Por fim, verifica-se que no âmbito da medida do SI I&DT Co-promoção do QREN se candidataram 54% de empresas novas, que nunca foram apoiadas por outras medidas de apoio ao I&DT geridas pela AdI, com maior expressão no ano de 2013, onde as empresas novas representam 68% do total das empresas apoiadas.

Empresas apoiadas em projetos QREN - SI IDT em Co-Promoção

Assim, em termos acumulados, no final de 2013 foram considerados elegíveis 647 projetos financiados pelo QREN, que contam com a participação de 2165 promotores, dos quais 1170 empresas.

Programa de Apoio	Nº Projectos	Nº Promotores	Nº Promotores Empresariais	Investimento Elegivel (€)	Apoio Publico (€)	Tx. Apoio Público
QREN-CoP	633	1.854	973	445.568.390	291.473.171	65%
QREN-Mobilizadores	14	311	197	76.407.967	53.256.126	70%
Total	**647**	**2.165**	**1.170**	**521.976.357**	**344.729.297**	**66%**

Estes números traduzem o volume e a complexidade do trabalho de acompanhamento dos projetos em curso. Embora em cada projeto haja um promotor líder, as relações da AdI estabelecem-se com todos os co-promotores, uma vez que se permite a apresentação de pedidos de pagamento individuais, sustentados por relatórios técnicos consolidados que espelham as atividades do consórcio como um todo, bem como pedidos de informação, de interpretação de regulamentos, de alteração do que está contratado, etc.

Durante a prossecução dos projetos a AdI tem ainda de analisar e dar parecer sobre os relatórios técnicos e financeiros que permitem acompanhar o bom andamento dos projetos e, sempre que tal é considerado necessário, efetuar visitas intercalares aos projetos acompanhados de perito externo.
Este processo de acompanhamento é importante não só para acautelar a correta utilização dos dinheiros públicos, como também para contribuir para o sucesso do projeto, ao validar opções decorrentes de um processo de I&D que eventualmente poderiam não ter sido equacionadas no desenho do projeto, acomodando sugestões de peritos especialistas nas áreas críticas de desenvolvimento, etc.

Para o encerramento dos projetos, segundo os procedimentos que temos como adequados, decorre uma visita final no local, ou locais, onde o consórcio desenvolveu as atividades. Esta visita, em que a AdI é assessorada por um perito externo, tem por base a análise do relatório final. Em muitos casos participamos também em sessões de divulgação e apresentação pública.

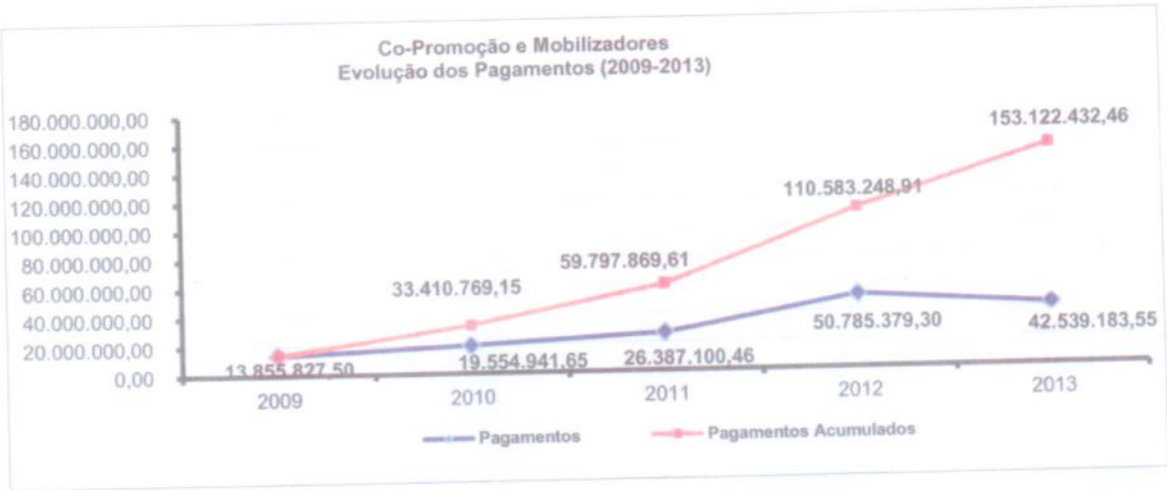
As visitas finais são importantes não só para complementar a informação dos Relatórios Finais, avaliar do cumprimento dos objetivos dos projetos, mas também para perceber as perspetivas de valorização

dos resultados no mercado, identificando barreiras que possam ser superadas com o nosso apoio ou com a intervenção de outras entidades públicas.

Em termos de execução financeira, verificou-se uma redução de cerca de 19% dos pagamentos em relação ao ano de 2012, tendo os mesmos ascendido a € 42.593.183,55. Esta diminuição está intrinsecamente associada ao volume de trabalho excecional verificado na análise de candidaturas da última fase do AAC 08/2012 que obrigou a uma realocação de recursos humanos normalmente afetos a atividades de acompanhamento financeiro, para salvaguardar o cumprimento dos prazos de avaliação.

Co-promoção e Mobilizadores – Evolução dos Pagamentos (2009 -2013) (Euros)

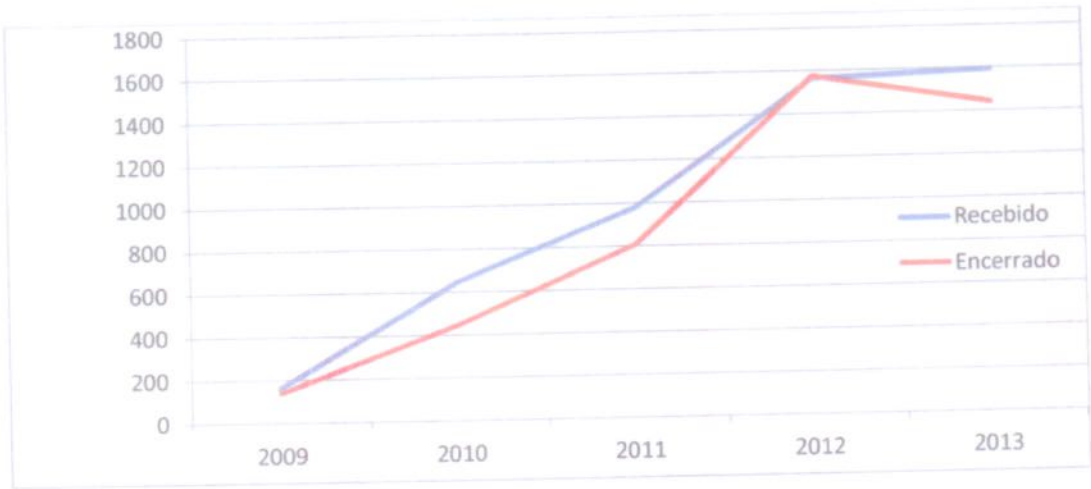
Programas	2009	2010	2011	2012	2013	Total
PO FC	10.124.649,28	13.376.571,05	19.517.756,04	40.800.577,86	30.620.239,93	114.439.794,16
PO Norte	568.509,73	2.481.640,92	3.111.932,54	3.688.591,02	5.102.654,76	14.953.328,97
PO Centro	902.758,59	1.434.364,71	1.497.654,29	2.323.263,85	2.530.728,57	8.688.770,01
PO Lisboa	2.245.663,69	2.254.963,34	2.135.007,99	3.304.783,51	3.679.518,73	13.619.937,26
PO Alentejo	0,00	0,00	0,00	182.405,31		182.405,31
Po Algarve	14.246,21	7.401,63	124.749,60	485.757,75	660.041,56	1.292.196,75
Total	13.855.827,50	19.554.941,65	26.387.100,46	50.785.379,30	42.593.183,55	153.176.432,46



Conforme consta do quadro e gráfico abaixo, verifica-se um acréscimo muito significativo do número de pedidos de pagamento submetidos nos últimos dois anos, que está relacionado com a introdução das execuções semestrais a partir dos AAC 03/2011 e 13/2011, em que os promotores passaram a ter que submeter pedidos de pagamento semestrais, originando assim um aumento considerável de pedidos de

Pedidos Pagamento	2009	2010	2011	2012	**2013**	TOTAL
Recebidos	162	648	978	1564	**1593**	4945
Encerrados	137	445	804	1572	**1438**	4396

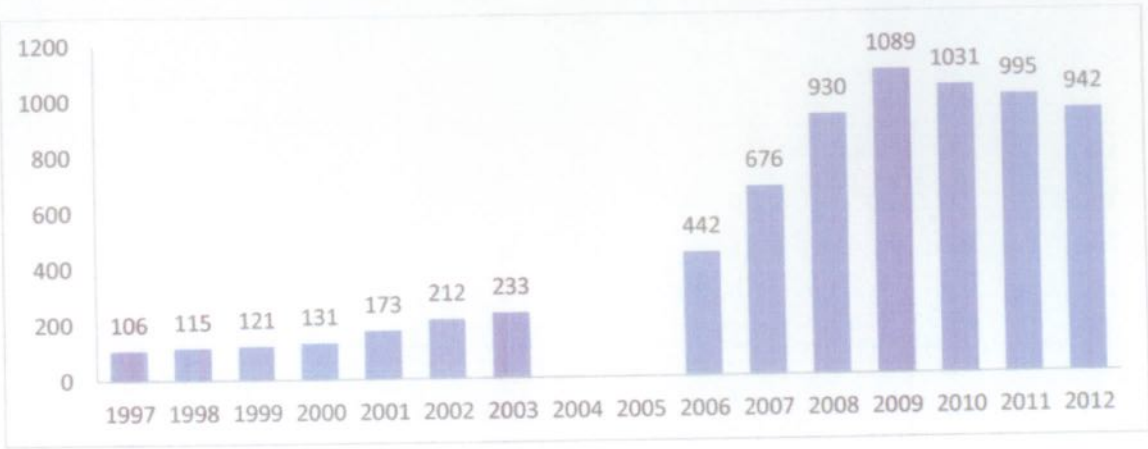
pagamento, tendo em conta que em média os projetos em Co-promoção apresentam cerca de 3 promotores por projeto.



Também o ligeiro decréscimo do número de pedidos de pagamento encerrados em 2013 está associado à reafetação dos recursos humanos acima referida.

2. O APOIO FISCAL faz-se através do SIFIDE. A capacidade de I&D das empresas é um fator fundamental da sua competitividade e crescimento a longo prazo. O balanço do SIFIDE é extremamente positivo com cerca de um milhar de empresas a recorrer anualmente ao sistema. Em vigor desde 1997, teve um papel muito importante como um instrumento de intensificação do esforço de I&D empresarial de forma contínua. A interrupção do sistema nos exercícios fiscais de 2004 e 2005 deixou muitas empresas privadas de um instrumento de apoio que hoje já se tornou imprescindível.

O número de empresas que recorrem ao apoio fiscal à I&D empresarial tem vindo a crescer, denotando-se um ligeiro decréscimo a partir do exercício fiscal de 2010 devido à conjuntura que temos vindo a atravessar.



Legislação:

Desde que foi criado, este Sistema foi revisto pontualmente nalguns aspetos legislativos, com especial destaque para os seguintes:

Lei n.º 10/2009 de 10 de Março que aumenta a taxa de base de 20% para 32,5% das despesas de I&D realizadas e aumenta o limite máximo de taxa incremental de 750.000 € para 1.500.000€;

Lei nº3-B/2010 de 28 de Abril que prevê o aumento da taxa incremental em 20 pontos percentuais para as despesas relativas à contratação de doutorados pelas empresas para atividades de I&D passando o limite máximo para 1.800.000€;

Lei nº55-A/2010 de 31 de Dezembro que aprova o SIFIDE II a vigorar nos períodos de tributação de 2011 a 2015.

A Lei nº64-B/2011 de 30 de Dezembro, manteve no essencial os apoios previstos anteriormente. Salientamos no entanto o limite para a apresentação de candidaturas respeitantes a anos fiscais anteriores a 2011, que tiveram que ser submetidas até ao final do mês de Julho de 2012. A partir desse período excecional deixaram de ser aceites candidaturas de anos fiscais anteriores.

Durante o corrente ano, foi publicado o Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de Junho, que introduz um conjunto de alterações ao Código Fiscal do Investimento (CFI), o qual passa a integrar, também, o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) e o SIFIDE II. Regista-se como principal alteração a habilitação mínima, para efeitos de elegibilidade, do nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações aos colaboradores afetos à I&D.

Finalmente, a Lei do Orçamento de Estado para 2014 garante um benefício adicional às empresas que tiverem doutorados afetos a atividades de I&D. Por outro lado, quaisquer atividades desenvolvidas por força de um contrato de prestação de serviços, desde que remuneradas pelo cliente em todos os seus custos, não serão objeto de incentivo fiscal. Salienta-se ainda a obrigatoriedade de auditorias tecnológicas aos projetos, através de um mecanismo de monitorização e apoio à valorização comercial dos resultados alcançados.

Processo:

A análise das candidaturas ao SIFIDE considera situações distintas no que diz respeito à qualidade de informação fornecida e ao grau de conhecimento sobre as entidades proponentes e as respetivas atividades e projetos de I&D. A avaliação das candidaturas requer, assim, a utilização de várias fontes de informação, nomeadamente o cruzamento com as bases de dados existentes nas três instituições que constituem a Comissão Certificadora, a AdI, o IAPMEI e a FCT.

Para as candidaturas de áreas tecnológicas de maior complexidade, recorre-se a competências internas das organizações representadas na Comissão ou a peritos externos convidados com larga experiência na área ou setor em causa.

Os critérios utilizados para identificar e distinguir atividades de I&D baseiam-se nos termos considerados no Manual de *Frascati* (OCDE 2002) e incluem a presença de um elemento apreciável de novidade e/ou a resolução de uma incerteza científica e/ou tecnológica, nos resultados patenteados ou passíveis de o serem, na qualificação dos recursos humanos alocados aos projetos ou, ainda, na participação dos projetos em análise em algum programa público de apoio à I&D.

Assim, não têm sido consideradas elegíveis as atividades que, embora inquestionavelmente façam parte do processo de inovação tecnológica, só em raras ocasiões envolvem I&D. Refiram-se, a título exemplificativo, as diversas atividades de engenharia, o desenho e implementação industrial, ou a simples integração de tecnologias.

Resultados:

O crédito fiscal atribuído nos últimos exercícios atinge uma média de 150 milhões de euros anuais. Deste, apenas uma parte é efetivamente utilizado, pois nesta conjuntura algumas empresas não têm coleta suficiente. A taxa de aprovação do crédito fiscal face ao solicitado ronda os 70%.

Os montantes de despesa em I&D declarados no exercício de 2012 acompanharam o decréscimo de candidaturas, bem como do número de projetos desenvolvidos por cada empresa, tendo sido

apresentados cerca de 560 milhões de euros. O crédito fiscal solicitado no mesmo exercício foi de 186 milhões de euros.

Em Dezembro de 2013, estavam já certificados para o exercício fiscal de 2012, cerca de 260 milhões de euros de despesa em I&D e aprovado um crédito fiscal de cerca de 92 milhões de euros, a ser utilizado pelas empresas com coleta suficiente nos 6 anos seguintes ao do exercício.

Estes montantes correspondiam a 694 candidaturas cuja análise se encontrava concluída.

3. PROGRAMAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A AdI no decorrer do ano 2013 continuou a cooperar com diversos programas e redes internacionais.

Destacamos 4 iniciativas neste âmbito:

1. EEN- -"ENTERPRISE EUROPE NETWORK"
2. FOOD SME-HOP
3. KTFORCE
4. ECOPOL

1. EEN-"ENTERPRISE EUROPE NETWORK"

A *Enterprise Europe Network* é uma rede Europeia que disponibiliza serviços de apoio à inovação e internacionalização, proporcionando o acesso a novos mercados internacionais, com o objetivo de promover o desenvolvimento empresarial e o aumento da competitividade no espaço europeu.

Criada pela Comissão Europeia (CE) no âmbito do Programa Quadro para a Competitividade e Inovação (CIP), a *Enterprise Europe Network* constitui a maior rede de informação lançada na Europa. Seguindo uma lógica de "serviço de balcão único", especialmente orientado para as PME, é constituída por mais de 600 pontos de contacto em 54 países que, em ligação permanente, potencializa a eficácia da sua intervenção junto das PME.

Proporcionando um melhor acesso e proximidade para apoio às PME operacionalizando o conceito "*no wrong door*", esta rede disponibiliza um conjunto diversificado de serviços, abrangendo várias áreas de intervenção.

Em Portugal, o consórcio é liderado pelo IAPMEI e integra como parceiros a AdI - Agência de Inovação, o INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, a CCDR-Alg - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, a AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, o CEC – Conselho Empresarial do Centro/ Câmara de Comércio e Indústria do Centro, a AIMinho – Associação Industrial do Minho, a ACIF – Associação Comercial e Industrial do Funchal/Câmara do Comércio e Indústria da Madeira e a CCIPD – Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

A Agência de Inovação tem neste consórcio a responsabilidade de coordenar e dinamizar as atividades de caráter tecnológico e de ligação entre as PME e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Em 2013 iniciou-se um novo contrato com a Comissão Europeia para o biénio 2013-2014 com um orçamento global de 3.052.568,00€, financiados a 60% pela Comissão Europeia, totalizando o orçamento da AdI 623.976,00€, com um co-financiamento europeu de 374.386,00€.

A equipa da AdI desenvolveu em 2013 as seguintes atividades:

Serviços de brokerage
Reuniões de aconselhamento e apresentação de serviços a novos clientes: 18
Co- organização de duas missões empresariais: ▪ ICT Matchmaking Event: Portugal- Turquia, Ankara, (TK) 25-Set-2013 Esta missão, dirigida ao sector das tecnologias de informação foi organizada em colaboração com o parceiro turco ODTU Teknokent. Durante o evento realizaram-se 28 reuniões bilaterais entre 8 empresas portuguesas e 14 empresas turcas. ▪ Mission for Growth, Lisboa (PT) 29-Nov-2013 Este evento organizado pelo consórcio EEN Portugal, realizou-se no âmbito de uma missão a Portugal do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Antonio Tajani, e foi precedida de uma conferência sobre o tema 'Europa 2020: Estratégias para o Crescimento' que se realizou a 28 de novembro, que contou com a participação do Vice-Primeiro Ministro Paulo Portas, do Ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Machete, do Ministro da Economia. No B2B Networking Event em que estiveram presentes cerca de 600 participantes de 23 países, realizaram-se mais de 1300 reuniões bilaterais. A AdI foi responsável pelo registo de 217 empresas e pela publicação de 290 perfis de cooperação. Durante o evento a ADI deu assistência direta a 408 reuniões das quais 136 decorreram com participantes internacionais. Durante a missão uma das empresas AdI assinou um acordo de parceria com uma empresa italiana, para o fornecimento de têxteis-lar.
▪ Dinamização do *website* BTEC www.bolsatecnologia.pt que mantém online uma base de dados de Oferta e Procura de Tecnologias nacionais e internacionais com mais de 6.000 perfis continuamente atualizados. Em 2013 o catálogo de perfis nacionais divulgou 75 perfis de tecnologias portuguesas através da base de dados POD - *Partnering Oportunities Database da Enterprise Europe Network*.
Resultados
Total de participantes portugueses em eventos de cooperação internacional: 99
Total de reuniões b2b em *brokerages* e missões: 436
Total de perfis tecnológicos promovidos em eventos de *brokerage*: 298
Total de perfis de cooperação publicados na EEN POD: 75

Total de manifestações de interesse recebidas pelos perfis portugueses: 23 Total de manifestações de interesse enviados por empresas portuguesas: 18
Nº de acordos comerciais: 6 Nº de parcerias para projetos europeus de I&D: 3

2. "FOOD SME-HOP"

O projeto Food SME-HOP é um projeto de cooperação inter-regional, co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do programa *Interreg* IV B SUDOE.

O consórcio é constituído por 7 instituições de Espanha, França e Portugal. É liderado pelo AINIA Centro Tecnológico (Espanha) e integra como parceiros a Agência de Inovação e o IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Portugal, o Institut dês Corps Gras ITERg em França, o Institut de Recerca i Tecnologias Agroalimentàries IRTA, Fundación para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnología em Extremadura FUNDECYT e a Agencia Andaluza del Conocimiento em Espanha.

O objetivo final do projeto Food SME-HOP é melhorar a competitividade e a capacidade de inovação do tecido empresarial agro-alimentar do espaço SUDOE, aumentando o número de PME com atividade de I&D no setor e favorecendo a transferência de tecnologia dos centros de investigação para as empresas. Para isso, foram identificadas 130 PME das 6 regiões abrangidas pelo projeto (Andaluzia, Catalunha, Valência, Estremadura em Espanha, Aquitânia em França e Norte e Centro de Portugal), que beneficiarão de apoio personalizado e atividades de formação concebidas à medida das suas necessidades.

Em termos de gestão da inovação, as PME beneficiárias receberão apoio personalizado em sistemas de gestão da inovação, investigação e desenvolvimento e transferência de tecnologia. Terão também acesso a um sistema de Vigilância Tecnológica que inclui a informação mais recente relacionada com alimentos saudáveis com o objetivo de melhorar a sua competitividade. Em termos de apoio tecnológico, as PME receberão informação técnica atualizada sobre redução/substituição de sal, açúcar, gorduras e/ou aditivos e formação específica nestes mesmos temas. Serão ainda levados a cabo 4 projetos de demonstração com PME inscritas no projeto.

O projeto teve início em 1 de janeiro de 2011 e, terminou em 31 de março de 2013, tendo a equipa da AdI desenvolvido em 2013 as seguintes atividades:

Reuniões de Consórcio
▪ Monnels (IRTA), 21 de fevereiro de 2013
Atividades do Projeto
Encerramento do projeto e apresentação do relatório final. O *website* do projeto manter-se-á disponível até 2015, com acesso a toda a informação resultante do projeto.
Resultados do FOOD SME-HOP
Em 2013 foi publicado o HOP TECH BOOK com a compilação da informação técnica dos projetos–piloto.

3. KTFORCE – *Knowledge Transfer joint forces for efficient innovation policies*

O KTForce é um projeto de cooperação inter-regional, co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do programa *Interreg* IV C, que tinha a duração de 30 meses, de 1 de Janeiro de 2012 a 30 de Junho de 2014, mas que terá uma prorrogação de 3 meses, até 30 de Setembro de 2014. O projeto KTFORCE visa o *benchmatrk* de políticas de inovação e de práticas de transferência de conhecimento entre as regiões dos parceiros do projeto, de modo a que uma série de recomendações estratégicas possam ser aplicadas no desenho de futuras políticas de inovação e na implementação de práticas de transferência de conhecimento, como contributo para regiões europeias mais dinâmicas e mais competitivas.

O projeto foca-se em 3 áreas principais: Licenciamento de tecnologia; Criação de Spin-off's e Empreendedorismo e Relações Universidade –Indústria.

O projeto engloba a participação de 11 parceiros de 6 países: Portugal, França, Irlanda, Lituânia, Alemanha e Roménia que reúnem regularmente para discutir e trocar experiências, através de visitas de estudo, *workshops* e seminários temáticos.

Inicialmente foi realizado um levantamento de políticas e práticas de transferência de conhecimento, definidas as necessidades atuais das regiões e criados cenários futuros. Será medido o impacto de políticas de inovação nas práticas de transferência de conhecimento e identificado o tipo de políticas que deverão ser desenvolvidas tendo em conta as necessidades das diferentes regiões. No final, será definido um plano de implementação para o desenho de políticas e desenvolvimento de práticas futuras.

Papel da Agência de Inovação no projeto

Portugal é o líder do projeto através da UPIN – Universidade do Porto Inovação e conta ainda com a parceria da AdI, responsável pela identificação de políticas de inovação – cenário "presente" - que serão partilhadas com os parceiros e pela criação de cenários futuros, trabalho que será realizado em estreita colaboração com a UPIN.

Atividades desenvolvidas 2013

- Preparação do 2º relatório de progresso (junho -dezembro 2012), técnico e financeiro, submetido ao líder do projeto em Fevereiro.
- Avaliação da visita de estudo realizada em dezembro de 2012, em Grenoble, via questionário disponibilizado *on-line*.
- Ao longo do ano foram realizadas 11 reuniões de trabalho, via Skype, com os parceiros do projeto.
- Foi realizado levantamento de práticas de transferência de tecnologia e de políticas de inovação, através de um questionário disponibilizado *on-line*, tendo como objetivo a construção do cenário 0. As medidas selecionadas para Portugal foram:

NITEC – Núcleo de I&DT nas empresas
Projetos de I&D em Co Promoção
Iniciativa NEOTEC – Novas empresas de base tecnológica
Iniciativa OTIC – Oficinas de Transferência de Tecnologia
GAPI - Gabinetes de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial
SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à I&D empresarial
Sistema de Apoio à Inovação - Empreendedorismo
SIAC – Ações Coletivas
Programa FINICIA
Estratégias de Eficiência Coletiva - Outros *Clusters*
Vale Inovação
Estratégias de Eficiência Coletiva – Pólos de Competitividade e Tecnologia
Programa FINCRESCE
Bolsas de Doutoramento nas Empresas
Projetos Individuais

- Elaboração conjunta do *Website* do projeto: www.ktforce.eu
- Preparação do 3º relatório de progresso (janeiro -junho 2013), técnico e financeiro, submetido ao líder do projeto em setembro.
- Em julho realizou-se em Vílnius, na Lituânia a 5ª reunião de trabalho e a 5ª visita de estudo no âmbito do projeto.

- Em novembro, realizou-se em *Waterford*, na Irlanda a 6ª reunião de trabalho e a 6ª visita de estudo. Foi também realizado o 3º Seminário Temático – *University-Industry relationships*.
- Durante este período foi realizada a avaliação e *benchmark* de práticas de transferência de conhecimento e de políticas de inovação selecionadas para cada região. A AdI realizou uma categorização das políticas selecionadas para Portugal, pelas 3 áreas de transferência de conhecimento, para a análise final das políticas por país.
- A AdI contribui para a elaboração do documento *KTForce Partner: Regional Overview*, sendo responsável pela informação relativa à região Norte.

4. ECOPOL

O ano de 2013, foi o terceiro ano do projeto ECOPOL e aquele onde se projetara a realização de um conjunto de implementações práticas. Revelou-se como esperado, um período muito intenso de atividade, pois foi necessário consolidar no seio do consórcio um conjunto importante de "deliverables" em todos os "workpackages"(WP's) em que a AdI participa. Neste trabalho, houve um particular empenho nos WP 2 "Extension and implementation of best supply and demand side practices" e WP5 "Exploring and analysing the potential of policies supporting innovative waste and recycling management" e no WP6 "Exploring and analysing the potential of international cooperation in diffusing environmental technologies", no qual a AdI é o líder.

Dando continuidade ao modelo da participação Portuguesa neste consórcio, as atividades desenvolvidas em 2013 tiveram a estreita articulação entre a AdI e a APA, de modo a garantir a melhor concertação da posição nacional no consórcio. Contudo em virtude da reorganização sofrida na AdI no final do ano de 2012, o projeto deixou de poder contar com alguns técnicos.

Este ano foi realizado um conjunto muito significativo de reuniões temáticas em cada WP entre a AdI, APA e entidades externas, através do envolvimento dos seus técnicos tal como indicado:

WP1/WP2: Luis Ferreira (AdI), Clara Lopes (APA), António Oliveira (DGAE);

WP3/WP4: Isabel Moura (APA), Paula Trindade (LNEG), João Barroso (eSPap – ex.ANCP);

WP5: Luís Ferreira (AdI), Ana Sofia Vaz e Isabel Andrade (APA), Célia Silva (DGAE);

WP6: Luis Ferreira (AdI), Andreia Caineta (AdI), Luís Florindo e Elisabete Ferreira (AICEP);

WP7: Francisco Moura (AdI), Andreia Caineta (AdI), Cristina Garção (APA);

WP8: Luís Ferreira/ Vânia Alves (AdI),

A AdI participou em várias reuniões no âmbito dos vários WP's do projeto, 12-15 de fevereiro em Freiberg (DE); 10-13 de junho em Lehmonkarki (FI); 24 de outubro, em Atenas. Além destas, participou ainda em várias tele-reuniões complementares.

Relativamente às atividades e aos contributos produzidos pela AdI, destacam-se:

- Lançamento e acompanhamento entre março e dezembro, com a colaboração da APA, AICEP e DGAE, de um instrumento piloto de apoio à internacionalização de parcerias eco-inovadoras.

- Participação entre junho-julho na produção de um filme documentário com vista à disseminação da experiência piloto de apoio à internacionalização de parcerias eco-inovadoras.

- Participação na iniciativa "Diálogo sobre Inovação Portugal-Brasil", com contributo na reunião bilateral de 08 de abril em Lisboa.

- Nos domínios da "Gestão de Resíduos e Reciclagem- WP5" e "Internacionalização-WP6", foi dado continuidade ao trabalho de identificação avaliação de práticas de política e instrumentos *drivers* de eco-inovação, com a colaboração de especialistas externos nacionais e internacionais. No caso do WP6 contou-se com uma colaboração muito estreita com a AICEP.

- A organização e condução de um *workshop* colaborativo "Eco-inovação e a utilização eficiente de recursos pela Indústria Portuguesa – Boas práticas e instrumentos de política", 17 de setembro em Lisboa. O objetivo foi discutir a efetividade das práticas Portuguesas em matéria de promoção da eficiência de recursos, eficiência material e prevenção de resíduos na indústria, e do mercado de resíduos. Um conjunto de recomendações para o ECOPOL pôde ser produzido.

- A organização e condução de um *workshop* colaborativo "Eco-inovação e compras públicas em mercados da fileira habitat – Boas práticas e instrumentos de política", 05 de dezembro em Lisboa. O objetivo foi discutir a efetividade das práticas Portuguesas de promoção da sustentabilidade da oferta e da eficiência do consumo, da contribuição das compras públicas no sentido da eco-inovação, nomeadamente, na fileira Habitat (obras públicas e materiais afins). Um conjunto de recomendações para o ECOPOL pôde ser produzido.

Destes *workshops* resultarão em 2014 relatórios para divulgação ao público com a sistematização das conclusões e recomendações

- Discussão e revisão da elaboração dos documentos de recomendações, WP3, WP5 e WP6, até Dezembro, com base nos resultados dos Workshops.

- Participação na *task-force* PT que deu suporte à organização da Conferência ECOPOL Accelerating Eco-innovation Policies - *Towards new policies for better waste management and resource efficiency*, em Atenas, outubro 2013.

Para o ano 2014, perspetiva-se um empenhamento da AdI sobretudo na avaliação das ações Piloto PT da sua responsabilidade, consolidação dos trabalhos de implementação prática do WP6, ações de comunicação e nos contributos necessários ainda empreender, para a conclusão dos documentos de recomendação previstos para os três domínios de atuação do ECOPOL.

4.Contributo para as Politicas de Inovação e Empreendedorismo

A Inovação o Empreendedorismo em termos nacionais continuam a necessitar de uma intervenção prioritária, especialmente direcionada para as atividades de índole empresarial, articulada com os campos da investigação e da ciência. As prioridades da estratégia Europa2020 e das sua iniciativas *Innovation Union* e *Entrepreneurship* 2020 *Action plan* são referenciais para o desenvolvimento das política de inovação e empreendedorismo em Portugal para os próximos anos.

O Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação foi constituído ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº54/16 dezembro de 2011.

Em 2013 o Programa +E+I, manteve-se como programa estratégico governamental de referência, que com forte envolvimento da sociedade civil, procura estimular o empreendedorismo e a inovação em Portugal.

Assente na visão de que Portugal deve construir uma nova realidade económica, competitiva e aberta ao mundo, alicerçada em conhecimento e inovação, capital humano altamente qualificado e forte espírito empreendedor, o programa tem como objetivos principais:

1. Promover uma sociedade mais empreendedora;

2. O alargamento da base de empresas inovadoras e com uma forte componente exportadora;

3. Um país em rede inserido nas redes internacionais de conhecimento e inovação, e de empreendedorismo;

4. A capacidade para a concretização de melhor investimento com melhores resultados.

A AdI reforçou ao longo de 2013 a coordenação e a colaboração ativa, que iniciou em 2012, na implementação do Programa +E+I, por via da intervenção nos seus quatro grandes Eixos de Intervenção/

- Eixo I – Alargar conhecimentos e capacidades, incluindo a população jovem e a socialmente desprotegida, das empresas e da Administração Pública;

- Eixo II - Dinamizar da inovação, designadamente ao nível de produto, processos e tecnologia, de forma a promover a competitividade das empresas portuguesas;

- Eixo II - Estimular o empreendedorismo, promovendo um contexto favorável ao surgimento de projetos empreendedores e ao seu sucesso;
- Eixo IV – Promover o financiamento ao empreendedorismo e à inovação através de instrumentos de financiamento adequados, com uma repartição justa dos fundos disponíveis pelas iniciativas de excelência

Programa Estratégico para o Empreendedorismo e para a Inovação

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS:

EIXO I – ALARGAR CONHECIMENTOS E CAPACIDADES

1. Iniciativa INOVA! Jovens criativos, Empreendedores para o séc. XXI

Concurso de ideias de âmbito nacional que estimula competências de empreendedorismo nos jovens. Apoia projetos de inovação desenvolvidos por jovens do ensino básico e secundário que contribuam para a resolução de problemas das comunidades em que se inserem.

Promotores:

Programa +E+I em articulação com o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (**IPDJ**), a Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (**IAPMEI**), a Direção-Geral de Educação (**DGE**), a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (**ANQEP**), a **DGEstE** – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (**SCML**), através do BIS - Banco de Inovação Social

Resultados (Edição 2012/2013):

- 139 escolas a concurso
- 176 projetos apresentados
- 3020 alunos envolvidos

2. Capacitação de Agentes locais para o Empreendedorismo

Organização de Workshops de capacitação de agentes locais para o empreendedorismo com o objetivo de dotar os principais interlocutores junto dos empreendedores de competências pedagógicas e técnicas.

Destinatários: Associações Empresariais, Câmaras Municipais, incubadoras e outras entidades com intervenção na área do empreendedorismo.

Resultados:

- 10 *Workshops* realizados cobrindo a Região Norte, Centro e Sul do país;
- 124 participantes provenientes de 94 entidades;
- Promove a cooperação entre entidades, sinergias entre projetos locais de apoio ao empreendedorismo e o intercâmbio de boas práticas.

EIXO II – DINAMIZAR A INOVAÇÃO

1. PME Digital

Iniciativa do Ministério da Economia, que pretende ajudar micro e pequenas e médias empresas portuguesas a serem mais competitivas ao disponibilizar soluções tecnológicas de gestão de negócios baseadas em Internet mais recentes e em condições extremamente acessíveis.

O Programa tem vindo a realizar formação de micro a PME's através dos "Workshops PME Digital" organizados em todos os distritos do país com informação prática sobre como começar um negócio digital e casos reais de empresas portuguesas que já estão a beneficiar com a Economia Digital.

O Programa faz parte da Agenda Nacional Digital – Portugal Digital que visa contribuir para o desenvolvimento da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento.

EIXO III – ESTIMULAR O EMPREENDEDORISMO

1. Passaporte para o Empreendedorismo (www.passaporteempreendedorismo.pt).

Apoio a jovens qualificados com projetos de empreendedorismo inovador e/ou com potencial de elevado crescimento e em fase de ideia, através de:

- Acesso a Bolsa mensal para o desenvolvimento de projeto empresarial (691,70 €);
- Assistência Técnica no desenvolvimento do modelo de negócio e na execução do plano de negócios para projetos com um elevado grau de complexidade;
- Acesso a uma Rede de Mentores que forneçam orientação aos empreendedores.

Resultados:

- 469 projetos aprovados, envolvendo 849 Promotores;
- 7 M€ de apoio comprometido;
- 2,7 M€ de pagamentos efetuados em bolsas;
- 64% dos projetos iniciados acompanhados por Mentores.

2. Rede Nacional de Mentores (www.redenacionaldementores.pt)

Rede constituída por profissionais de reconhecida experiência e mérito empresariais, que disponibilizam, de forma voluntária e *pro bono,* o seu apoio a novos empreendedores que estejam a desenvolver as suas ideias de negócio e projetos empresariais.
Presentemente a Rede disponibiliza apenas apoio a projetos aprovados no âmbito do Passaporte para o Empreendedorismo.

Em 2014 prevê-se a sua disponibilização a todo o ecossistema empreendedorismo nacional.

Resultados:

- 517 mentores inscritos;
- 389 mentores ativos e disponíveis para acompanhar projetos;
- 436 projetos registados;
- 236 projetos com mentoria estabelecida.

3. Programa "PORTUGAL EMPREENDEDOR"

Criação de uma Rede Nacional de Parcerias Territoriais de Apoio ao Empreendedorismo de Base Local.
A iniciativa visa criar e capacitar redes territoriais de parceiros do setor público e privado, de suporte a todas as fases críticas do processo de empreendedorismo, incluindo a constituição da empresa e o seu acompanhamento durante o primeiro ano de atividade.
As redes são criadas à escala intermunicipal, promovidas pelas CIM e áreas metropolitanas, em cooperação com as Associações Empresariais, e participadas pelos atores territoriais mais relevantes. Foram capacitadas e constituídas cerca de 10 redes ao nível das CIM da Região Norte e Centro, estando a sua atividade mais consolidada ao nível da Região Centro (2012).

4. Selo +E+I

O Selo +E+I visa aumentar a visibilidade e reconhecer publicamente iniciativas da sociedade civil e de entidades públicas, que alinhem com os objetivos do Programa +E+I e que contribuam para difundir uma cultura e práticas inovadoras de empreendedorismo e de inovação.

Resultados:

- 79 Selos atribuídos (iniciativas listadas em www.ei.gov.pt)

Principais tipos de iniciativas distinguidas: concursos de ideias e planos de negócio, capacitação e formação em empreendedorismo.

EIXO IV: PROMOVER O FINANCIAMENTO AO EMPREENDEDORISMO E À INOVAÇÃO

1. Vale Empreendedorismo

Visa a aquisição, por PME criadas há menos de um ano, de serviços de consultoria e de apoio à inovação e ao empreendedorismo para resposta a necessidades específicas da empresa, no sentido do aumento da sua competitividade, nomeadamente:

- ✓ elaboração de planos de negócio
- ✓ serviços para proteção e comercialização de direitos de propriedade intelectual e industrial
- ✓ serviços na área da economia digital

Resultados:

- 1632 candidaturas;
- 658 projetos aprovados;
- Investimento: cerca de 12 M€;
- Incentivo aprovado: cerca de 9 M€.

2. Apoio à contratação de trabalhadores por *Startups* (reembolso da TSU)

Medida visa incentivar a contratação de novos colaboradores por *Startups*, através do reembolso das prestações à segurança social (TSU):

- ✓ Até determinados montantes máximos
- ✓ Durante o período máximo de 18 meses

Resultados:

- 73 candidaturas;
- 28 aprovadas;
- Montante de incentivo aprovado: 94.291€.

5.Papel ativo da Adi no âmbito da Inovação

A AdI em 2013, sempre numa perspetiva de contribuição para a promoção e desenvolvimento da Inovação, participou ativamente em diversos eventos, a destacar:

1. Diálogo sobre Inovação Brasil -Portugal
2. Missão Empresarial Ambiental Rio de Janeiro -Lisboa
3. Diagnóstico do Sistema Nacional de Investigação e Inovação - Jornadas de Reflexão

1.Diálogo sobre Inovação Brasil - Portugal

No âmbito do ano do Brasil em Portugal foi promovido pela AdI, em resposta a uma solicitação da Embaixada Brasileira, o primeiro encontro - diálogo Brasil/ Portugal sobre o tema Inovação. O evento decorreu nos dias 8 e 9 de abril de 2013, em Lisboa.

O objetivo principal do encontro foi identificar Projetos, Programas e Iniciativas na área da Inovação que pudessem ser conjuntamente implementadas no biénio 2013-2014.

Ao longo do primeiro dia deste encontro foram realizadas 14 exposições. Do lado português podemos referir as apresentações da AdI (ECOPOL, +e+i, SIFIDE), IAPMEI, AICEP, COMPETE, COTEC, INESC -Porto e IPN entre outros. Do lado brasileiro podemos destacar as apresentações da empresa FINEP- Inovação e Pesquisa, do BNDES- Banco Nacional do Desenvolvimento, do INPI- Instituto Nacional da Propriedade Industrial e MDIC- Ministério do Desenvolvimento da Industria e Comércio.

A íntegra das apresentações está disponível no sítio *web* da Agência de Inovação, S.A. (Adi) e do Ano do Brasil em Portugal (A BP).

No final das apresentações os integrantes de ambas as delegações dividiram-se em 3 grupos de trabalho com o intuito de definir propostas de ação e de cooperação bilateral nas seguintes áreas:

I. Inovação em pequenas e médias empresas;
II. Parques Científicos e tecnológicos e centros de incubação, cidades inteligentes ("*smart cities*") e redes inteligentes ("*smart grids*");
III. Manufaturas avançadas, engenharia de produção e tecnologias industriais.

No segundo dia de encontro os participantes reuniram-se na AdI, nas instalações de Lisboa, ocasião em que se discutiu o conteúdo e a forma final dos programas de trabalho resultantes do Diálogo, devidamente aprovados pelos participantes. Em seguida, visitaram as instalações do Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa (Lispolis).

Ao final da reunião, a delegação brasileira formulou seus melhores agradecimentos à AdI pela hospitalidade e pela organização dos trabalhos considerados amplamente satisfatórios por todos.

Ambas as delegações sugeriram realizar a segunda edição do diálogo Brasil Portugal de inovação no Brasil, possivelmente no segundo trimestre de 2014.

2.Missão Empresarial Ambiental Rio de Janeiro -Lisboa

A AdI após ter sido contatada pela FIRJAN -*Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro*, ainda no âmbito do Ano do Brasil em Portugal (2013), recebeu no mês de julho um grupo de empresários brasileiros. Com este encontro o grupo pretendia ficar a conhecer alguns dos projetos promovidos pela AdI especificamente na área da gestão de resíduos, logística reversa e tecnologia ambiental, uma vez que Portugal é reconhecido no Brasil como tendo conseguido uma rápida evolução e adequação à legislação ambiental europeia e nacional em matéria de sustentabilidade.

A AdI tentou corresponder às expetativas dos visitantes e preparou uma reunião onde se deu principal destaque ao projeto ECOPOL, mas também foi dado a conhecer outras atividades e programas da AdI.

Para além desta reunião, foi ainda feita uma visita guiada ao "Edifício Solar", localizada dentro do Campus. Esta visita contou com a interação do LNEG.

3. Diagnóstico do Sistema Nacional de Investigação e Inovação - Jornadas de Reflexão

Na sequência dos estudos e trabalhos realizados no âmbito do Diagnóstico do Sistema Nacional de Investigação e Inovação foram reconhecidas as forças e fraquezas e os desafios que se colocam ao país. Foram identificadas as vantagens estratégicas inteligentes e os cenários prospetivos. Vantagens estratégicas inteligentes definem-se como sendo as que combinam vantagens competitivas com as comparativas, e principalmente com aquelas para as quais o país tem potencial de crescimento, identificadas quantitativamente e através do processo de reflexão conjunto.

Através dos diagnósticos nacionais e regionais realizados foram identificados os setores económicos, os domínios científicos e as tecnologias em que Portugal é, ou poderá vir a ser, competitivo. Do cruzamento das áreas de especialização identificadas, emergiram "temas" que foram colocados à discussão dos *stakeholders* em sessões de *brainstorming* estruturado.

A identificação desses "temas" resultou da síntese das capacidades existentes e potenciais ao nível da estrutura produtiva e da base conhecimento científico e tecnológico do país, com um conjunto de características associadas a uma especialização inteligente, e, ainda, com o cruzamento com as prioridades definidas pela União Europeia para o Programa-Quadro Horizonte 2020 e as diferentes

estratégias nacionais e transnacionais que o país tem definidas. As características consideradas foram as seguintes:

1. Potencial económico dos setores/fileiras;
2. Potencial para a criação de recursos qualificados e emprego;
3. Horizontalidade tecnológica e tecnologias genéricas;
4. Exploração da variedade relacionada;
5. Massa crítica ou potencial emergente;
6. Consistência;
7. Exploração dos grandes desafios societais;
8. Exploração dos recursos nacionais;
9. Abrangência nacional/transnacional;
10. Posicionamento estratégico, europeu e internacional.

Estes "temas" foram posteriormente colocados à discussão dos *stakeholders* (484) académicos e empresariais que discutiram as vantagens competitivas e a visão a 2020 de cada tema, bem como as recomendações de medidas e instrumentos de política pública de caráter genérico ou específico, durante os meses de outubro e novembro de 2013.

Os "temas" identificados são 15, que foram organizados em cinco eixos temáticos que apresentam lógicas ou objetivos societais comuns ou afins. Esta agregação temática revelou-se eficaz no modo de auscultação e também pelo facto de revelarem relações densas entre cada *cluster*. Os cincos eixos temáticos e respetiva desagregação temática é a seguinte:

1. TECNOLOGIAS TRANSVERSAIS E SUAS APLICAÇÕES

- Energia;
- Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Materiais e Matérias-primas.

2. INDÚSTRIAS E TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO

- Tecnologias de Produção e Indústrias de produto;
- Tecnologias de Produção e Indústrias de processo.

3. MOBILIDADE, ESPAÇO E LOGÍSTICA

- Automóvel, Aeronáutica e Espaço;
- Transportes, Mobilidade e Logística.

4. RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE

- Agro-alimentar;
- Floresta;
- Economia do Mar;
- Água e Ambiente.

5. SAÚDE, BEM-ESTAR E TERRITÓRIO

- Saúde;
- Turismo;
- Indústrias Culturais e Criativas;
- Habitat.

Para cada "tema" dos cincos eixos, foi elaborado um resumo do resultado da análise de diagnóstico realizada e das jornadas de reflexão, com a identificação das vantagens competitivas e potencial de inovação, assim como a visão coletiva que emergiu dessa discussão. Foram também identificadas, em termos sucintos, as características económicas, científicas e tecnológicas de cada um dos "temas", sempre que possível.

Posteriormente, foi desencadeada a fase de reflexão, visando a definição de uma visão e prioridades partilhadas, envolvendo auscultação de *stakeholders* relevantes, nomeadamente empresas e centros de saber.

A auscultação foi feita através de jornadas temáticas de 'brainstorming' estruturado, organizadas em articulação e com a colaboração ativa das CCDR`S respetivas nos locais da sua realização, sendo a Adl

um dos organismos técnicos a colaborar na organização destas jornadas, e incidiram sobre os seguintes eixos temáticos:

- Tecnologias Transversais (temas: TICE, Materiais e Energia), Lisboa, 7 de Outubro
- Tecnologias de Produção (temas: Industria de Produto e de Processo), Porto, 15 de Outubro
- Mobilidade Espaço e Logística (Temas: Aeronáutica, Espaço, Automóvel e Logística), Évora 22 de outubro
- Economia do Mar - 'Estratégia do MAR' em parceria com a Direção Geral para a Política do Mar –ENID, Paço de Arcos, 4 de novembro
- Saúde, Habitat e Industrias Criativas - Coimbra, 6 de novembro
- Água e Ambiente, e Turismo - Faro, 12 de novembro
- Floresta e Agroalimentar - Aveiro, 19 de novembro

As jornadas tiveram como *deliverable*, a visão dos *stakeholders* para a evolução do tema no horizonte temporal 2020, a consensualização das vantagens competitivas do país no tema, assim como a avaliação pelos *stakeholders*, para os objetivos estruturantes resultantes da SWOT e a identificação dos fatores, instrumentos e políticas que melhor contribuirão para aqueles objetivos O processo deu origem a relatórios de análise de cada área temática, dos quais foram retiradas as estratégias, iniciativas e instrumentos propostos, que depois de cruzadas com os objetivos estruturantes, permitiram a identificação de uma primeira aproximação ao *mix* de políticas. Este *mix* corresponde às atuações de política, identificadas pelos *stakeholders* para a persecução dos objetivos estruturantes.

Anexo1

Em cumprimento com o disposto no artigo 13.º- A, do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e de acordo com a aplicação dos Princípios de bom governo, consignados no ponto 29 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, as empresas públicas devem:

"Incluir nos seus relatórios de gestão um ponto relativo ao governo das sociedades do qual conste, designadamente, os regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita, as informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas e as remunerações dos membros dos órgãos sociais, bem como uma análise de sustentabilidade e, em geral, uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo."

Ponto 1 – Governo Societário

1. Missão, objetivos e políticas da empresa

1.1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida

A atual conjuntura económica, refletindo um quadro de défice excessivo e de elevado nível de endividamento, domina o panorama macroeconómico nacional.

Os condicionalismos subjacentes a esta conjuntura têm-se refletido na atividade dos vários organismos intermédios entre os quais a Agência de Inovação, S.A.

O Orçamento do Estado para 2011 e 2012 determinou para a Administração Pública e para o Setor Empresarial do Estado várias medidas restritivas, incidindo, fundamentalmente, ao nível da redução de custos.

Dando cumprimento às reduções impostas à AdI, foi necessário levar a cabo uma re-estruturação da empresa, implicando, entre outras, a diminuição dos seus recursos técnicos bem como a otimização de verbas, cada vez mais limitadas, em várias áreas/projetos. Esta re-estruturação originou também uma mudança de Conselho de Administração, a transição de competências da AdI para a Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT), bem como uma acentuada diminuição de atividade dos projetos internacionais. Simultaneamente a AdI passou a colaborar ativamente na implementação de uma nova área de atuação dedicada ao Empreendedorismo e Inovação, o Programa +E+I.

No âmbito da reforma da Administração Pública, numa ótica de otimização de recursos, eliminar redundâncias e reduzir substancialmente os seus custos de funcionamento, o

governo decidiu a integração da AdI no novo IAPMEI através da publicação a 28 de dezembro de 2012 do Decreto-lei 266/2012, que aprovou a nova lei orgânica do IAPMEI e a dissolução da AdI.

Apesar da instabilidade institucional e orçamental, a AdI conseguiu cumprir a sua missão, tendo mesmo em certos casos ultrapassado as metas de execução propostas pelo governo.

Em 2013, a AdI continuou a cumprir os compromissos e objetivos contratualizados aguardando informação institucional sobre medidas a tomar face ao referido DL 266/2012. Apesar das restrições apresentadas, a AdI manteve o compromisso inerente à sua missão de promover a inovação e desenvolvimento tecnológico facilitando o aprofundamento das relações entre o mundo da investigação e o tecido empresarial português.

O cumprimento da nossa missão encontra-se esclarecido no decorrer do relatório, no âmbito dos resultados das diferentes Iniciativas/Projetos.

1.2. Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos

Os principais objetivos da AdI são definidos da seguinte forma:

- Promover a inserção de Recursos Humanos altamente qualificados nas empresas;
- Apoiar a inovação de base tecnológica através da I&D;
- Estimular a interligação das empresas com as instituições de I&D[1];
- Incentivar a valorização dos resultados de I&D;
- Promover a transferência de tecnologia.

2. <u>Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita</u>

Sendo a AdI uma sociedade anónima está sujeita, para além do previsto nos seus Estatutos, às normas constantes do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando que os Acionistas da AdI são detidos total ou parcialmente pelo Estado, a AdI está, ainda, sujeita, naquilo que lhe é aplicável, ao Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23 de agosto, Lei nº. 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei nº. 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei nº. 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro e DL 133/2013, de 3 de outubro e ao Estatuto do Gestor Público regulado pelo Decreto-Lei nº. 71/2007, de 7 de maio, com as

[1] I&D – Investigação e Desenvolvimento

alterações introduzidas pela Lei nº. 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº. 8/2012, de 18 de janeiro e pela Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro.

No cumprimento do objeto social da AdI, nomeadamente, o desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal, a AdI suporta-se de um conjunto de Programas e/ou Projetos dos quais podemos destacar:

QREN - A AdI é o Organismo Técnico competente para os Projetos contemplados no Regulamento do SI&DT[2] nas empresas do Programa QREN, ou seja, os projetos em Co-promoção entre empresas ou entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico e os projetos Mobilizadores.

Desse modo encontra-se sujeita ao cumprimento, entre outros, do disposto nos seguintes diplomas:

- Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão aprovado em CMC QREN em 18/09/2009 e retificado em 20/04/2010, em 21/01/2011, em 21/12/2011, em 17/07/2012 e em 02/04/2013;
- O "Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade 2007-2013";
- Os Regulamentos dos Programas Operacionais Regionais do Continente: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve;
- O "Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN";
- Regulamento de Execução da Assistência Técnica, aprovado pela CMC do POFC em 16/07/2008;
- Regulamento Específico Assistência Técnica, aprovado pela CMC dos PO Regionais do Continente em 19/06/2008 e alterado em 05/06/2009.

SIFIDE II - Sendo membro da Comissão Certificadora do SIFIDE[3] e entidade responsável pelo apoio logístico e administrativo à respetiva Comissão deve cumprir com o estipulado no Despacho n.º 3368/98 (2.ª Série) e demais legislação sequente, nomeadamente a Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro que altera e revoga várias disposições, nomeadamente a prorrogação do SIFIDE II até ao exercício fiscal de 2020, já aplicável ao exercício fiscal de 2013.

COMISSÃO EUROPEIA - De igual modo, na prossecução do objeto social a AdI é entidade promotora em vários projetos co-financiados por programas da Comissão Europeia,

nomeadamente o 7.º PQ, o CIP e o INTERREG onde devemos cumprir quer as normas definidas por cada Programa, os regulamentos da Comissão Europeia bem como os regulamentos definidos pelo IFDR enquanto Controlador Nacional desses Programas.

[2] SI&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e ao Desenvolvimento Tecnológico
[3] SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial

Quanto aos procedimentos a adotar para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a AdI está sujeita ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, atualizado pelo DL 278/2009, de 02 de outubro e pelo DL 249/2012, de 21 de novembro.

Relativamente a matéria laboral e social, a AdI rege-se pelo Código do Trabalho e Regulamentação ao Código do Trabalho e demais legislação complementar, aprovada pela Lei nº. 7/2009 de 12 de fevereiro retificada pela Lei nº. 21/2009, de 18 de março e regulamentada pela Lei nº. 105/2009, de 14 de setembro, alterada pela Lei nº. 53/2011, de 14 de outubro, Lei nº. 3/2012, de 10 de janeiro, e pela Lei nº. 23/2012 de 25 de junho.

Em termos de normas internas, estas encontram-se estabelecidas no clausulado dos contratos de trabalho, nos regulamentos e ordens de serviço AdI, bem como nas normas e procedimentos dos programas que gerimos.

3. Informação sobre as transações relevantes com entidades: renda das instalações da AdI em Lisboa que são emitidas pelo IAPMEI.
4. Informação sobre outras transações

4.1. Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Relativamente aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a AdI é entidade adjudicante, de acordo com o estipulado no nº 2 do artigo 2 do DL 18/2008, e como tal as adjudicações realizadas no ano de 2013, tiveram por base a legislação em vigor.

De forma sucinta podemos agrupar as aquisições de bens e serviços em três grupos:

- A maioria das despesas foi efetuada ao abrigo dos artigos 128º e 129º, ou seja pelo procedimento de Ajuste Direto, regime simplificado;
- As aquisições com valores acima dos 5.000,00 € foram realizadas através da plataforma eletrónica *compras.pt*;
- Os contratos de prestação de serviços em vigor foram celebrados ao abrigo do DL 197/99 de 8 de Junho.

4.2. Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não se verificou nenhuma transação que tenha ocorrido sem respeitar as condições, procedimentos e regras de mercado.

4.3. Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

IAPMEI	245.543,67 €
SRS – Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados	81.739,04 €
Ticket Restaurant de Portugal, SA	70.322,27 €

5. Indicação do modelo de governo e identificação dos órgãos sociais

O capital social da Agência de Inovação – Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A. é de 5.176.376,50 € composto por 1.037.350 Ações com o valor nominal de 4.99 Euros cada, encontrando-se totalmente realizado e sendo detido pelas seguintes entidades:

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia	50%
PME Investimentos	33%
IAPMEI	17%

Conselho de Administração

Presidente não executivo: Prof. Dr. Miguel Cruz

Vice-Presidente: Eng. António Paulo Sá e Cunha

Vogal não Executivo: Prof. Dr. Emídio Gomes

Fiscal Único

Efetivo: ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha & Costa, SROC, representada por José Maria Monteiro Azevedo Rodrigues, ROC

Suplente: João da Rocha Abrantes Costa, ROC

6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

6.1. Estatuto remuneratório (órgãos executivos)

Mesa Assembleia Geral

Presidente: Prof. Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral – senha de presença 500,00 €

Conselho de Administração

Decorrente da Lei 12 A/2010 de 30/06 – art.º 12.º e da Lei 55 A/2010

Vice-Presidente: Remuneração mensal ilíquida de 5.032,32 € paga 13 vezes por ano e inclui o Subsídio de Natal pago em duodécimos acrescido do processamento de 4.645,22 € em novembro referente ao Subsídio de Férias.

Presidente não executivo e Vogal não Executivo: Sem qualquer remuneração mensal.

Fiscal Único: Remuneração de 790,00 € acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, 12 vezes por ano. (o valor da prestação de serviços mantém-se inalterado desde 2002)

Fiscal Único	2012	2013 **
Remuneração anual auferida (€)	9.480,00 €	9.480,00 €
** Em 2013 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011) Sim ___ Não_X__		

A Adl tem cumprido com as obrigações previstas na Lei 55 A/2010 referente ao decréscimo médio de 15% no custo das aquisições de bens e serviços.

6.2. Remunerações e outras regalias

	PRESIDENTE	VICE PRESIDENTE	VOGAL
1. REMUNERAÇÃO			
1.1 REMUNERAÇÃO BASE ANUAL/FIXA	0,00 €	76.062,00 €	0,00 €
1.2 REDUÇÃO DECORRENTE DA LEI 12-A/2010	0,00 €	3.803,13 €	0,00 €
1.3 REDUÇÃO DECORRENTE DA LEI 55-A/2010	0,00 €	7.225,81 €	0,00 €
1.4 REMUNERAÇÃO ANUAL EFECTIVA (1.1-1.2-1.3)	0,00 €	65.033,06 €	0,00 €
1.5 SENHA DE PRESENÇA	0,00 €	0,00 €	500,00 €
1.6 ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES DE GESTÃO	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.7 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.8 IHT (SUB. DE ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.9 OUTRAS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2. OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES			
2.1 PLAFOND ANUAL EM COMUNICAÇÕES MÓVEIS	0,00 €	ILIMITADO	0,00 €
2.2 GASTOS NA UTILIZAÇÃO DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS	0,00 €	1.583,09 €	0,00 €
2.3 SUBSÍDIO DE DESLOCAÇÃO	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2.4 SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	0,00 €	987,14 €	0,00 €
2.5 OUTRAS (AJUDAS DE CUSTO)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3. ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS			
3.1 REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL	0,00 €	11.065,96 €	0,00 €
3.2 SEGUROS DE SAÚDE	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.3 SEGUROS DE VIDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.4 SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.4 OUTROS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4. PARQUE AUTOMÓVEL			
4.1 MARCA	0,00 €	AUDI	0,00 €
4.2 MODELO	0,00 €	A4 AVANT 1.9	0,00 €

		TDI	
4.3 MATRÍCULA	0,00 €	00-84-XP	0,00 €
	PRESIDENTE	**VICE PRESIDENTE**	**VOGAL**
4.4 MODALIDADE DE UTILIZAÇÃO (AQUISIÇÃO/ALD/RENTING/LEASING)	0,00 €	AQUISIÇÃO	0,00 €
4.5 VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA NOVA	0,00 €	---	0,00 €
4.6 ANO INÍCIO	0,00 €	---	0,00 €
4.7 ANO TERMO	0,00 €	---	0,00 €
4.8 Nº PRESTAÇÕES (SE APLICÁVEL)	0,00 €	---	0,00 €
4.9 VALOR RESIDUAL	0,00 €	---	0,00 €
4.10 VALOR DA RENDA/PRESTAÇÃO ANUAL DA VIATURA DE SERVIÇO	0,00 €	---	0,00 €
4.11 COMBUSTÍVEL GASTO COM A VIATURA	0,00 €	4.426,18 €	0,00 €
4.12 *PLAFOND* ANUAL COMBUSTÍVEL ATRIBUÍDO PARA USO PESSOAL	0,00 €	3600 LTS.	0,00 €
4.13 OUTROS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	0,00 €	---	0,00 €
5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
5.1 OPÇÃO PELA REMUNERAÇÃO DO LUGAR DE ORIGEM (S/N)	0,00 €	N	0,00 €
5.2 REMUNERAÇÃO ILÍQUIDA ANUAL PELO LUGAR DE ORIGEM	0,00 €	59.580,64 €	0,00 €
5.3 REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL			
5.3.1 SEGURANÇA SOCIAL (S/N)	0,00 €	N	0,00 €
5.3.2 OUTRO (INDICAR)	0,00 €	ADSE+CGA	0,00 €
5.4 EXERCÍCIO FUNÇÕES REMUNERADAS FORA GRUPO (S/N)	S	N	0,00 €
5.5 OUTRAS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	---	---	0,00 €

7. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

   7.1. Estratégias adotadas

   7.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

   7.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, social e ambiental e salvaguardar normas de qualidade (pontos abordados no Relatório de Gestão)

   7.4. Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

   Entendemos que a conjuntura económica atual seja uma dificuldade em algumas vertentes da nossa atividade, nomeadamente em relação ao financiamento de algumas linhas de atividade, dada a incerteza da sua manutenção;

   7.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

   Para precaver as situações referidas a AdI tem vindo a candidatar-se a outros programas, que dentro das linhas da sua atividade gerem fontes de financiamento complementares, assim como tem vindo a estudar e a fundamentar o aprofundamento de outras linhas de trabalho.

A AdI define-se pelo cumprimento dos Princípios de bom governo definidos no anexo à RCM n.º 49/2007, destacando a existência de um sistema de controlo de riscos, adequado à proteção dos seus ativos, bem como o cumprimento da prevenção de conflitos de interesses pelos membros do Conselho de Administração.

A gestão da AdI teve sempre presente, ao longo de 2013, os princípios de Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sustentável e de Serviço Público que devem nortear a atividade.

7.6. Responsabilidade Social

7.6.1. Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação

A AdI pratica e promove a absoluta igualdade de oportunidades, quer ao nível do recrutamento de novos colaboradores, quer ao nível da evolução profissional e recusa qualquer prática de discriminação, designadamente em função de género, ideologia, religião ou raça.

7.6.2. Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores.

A AdI pratica e promove a manutenção da boa condição física e psíquica dos colaboradores através dos cuidados ao nível do cumprimento das obrigações no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde do Trabalho.

7.6.3. Adoção de práticas ambientalmente corretas

A AdI adota os princípios do desenvolvimento sustentável assumindo a vertente ambiental como parte integrante do seu desempenho empresarial através de ações internas de comunicação e divulgação de boas práticas ambientais junto dos colaboradores bem como o cumprimento da legislação nacional em vigor e da melhoria das condições do local de trabalho.

7.7. Desenvolvimento sustentável

7.7.1. Criação de valor para o acionista e promoção da proteção ambiental

Desenvolvimento sustentável traduz-se na procura da satisfação das necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades e possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento

social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

A AdI promove o desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal tendo vindo a dinamizar projetos numa vertente mais ecológica e ambiental, promovendo igualmente a inovação ao nível do setor agroalimentar e das energias renováveis.

A criação de valor e desenvolvimento sustentável é transmitido pelo incremento do I&DT em Portugal e o cumprimento dos objetivos definidos no Plano Tecnológico.

7.7.2. Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)

Neste campo, fruto dos condicionalismos subjacentes à conjuntura económica portuguesa aliada à obrigatoriedade de cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento não foi possível fomentar a contratação de pessoal, havendo mesmo uma redução de pessoal, no entanto existe flexibilidade da AdI na criação de condições possíveis à oportunidade de formação dos colaboradores.

7.8. Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade

O serviço público que a AdI presta traduz-se no cumprimento dos Programas que gere quer pela taxa de execução dos incentivos ao I&DT aprovados e acompanhados, pelos resultados alcançados, quer pela divulgação e promoção de contactos entre várias entidades.

Foram vários os projetos com apoio AdI que foram notícia em 2013 (ponto abordado no Relatório de Gestão)

7.9. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa

Entendemos que este ponto não se aplica quer à missão quer aos objetivos da AdI.

7.10. Planos de ação para o futuro (ponto abordado no Relatório de Gestão)

8. Viabilidade no cumprimento dos Princípios de Bom Governo (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), devidamente fundamentada

A AdI, de forma gradual, tem vindo a implementar ações, visando dar integral cumprimento aos Princípios de Bom Governo, através da seguinte forma:

- O desenvolvimento da sua Missão de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 159/2007 de 27 de abril;
- O cumprimento dos objetivos delineados em sede dos vários Programas e projetos existentes na AdI em que intervimos quer como Organismo Técnico, Entidade Gestora ou Promotor;

- A implementação de uma estratégia de contenção das despesas e racionalização dos investimentos a efetuar, procurando obter o maior rendimento com o mínimo custo possível;
- A existência de Auditores Externos;
- A existência de mecanismos para prevenção de conflito de interesses;
- A existência de um *site* próprio na internet (www.adi.pt) com as informações relevantes da empresa bem como a implementação de mecanismos necessários por forma a cumprir com o disposto nos Princípios relativos à divulgação de informação bem como com divulgação pública dos projetos aprovados;

Assim, verifica-se que a AdI cumpre com os normativos que lhe asseguram boas práticas no domínio do Bom Governo empresarial, designadamente no tocante às orientações e princípios fixados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, tendo definido e concretizado ações necessárias ao seu cumprimento e melhorias contínuas.

9. Código de Ética

Foi elaborado o manual *Código de Ética e Normas de Conduta*.

10. Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa de modo a proteger os investimentos e seus ativos.

No cumprimento do ponto 19 do anexo à RCM nº 49/2007 a Empresa dispõe de um sistema de controlo de riscos, cujos normativos já foram referidos no ponto 1 n.º 2 deste relatório.

11. Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração cumprem o estabelecido no ponto 22 do anexo à RCM nº 49/2007 sobre prevenção de conflitos de interesse, isto é, não intervêm em decisões que envolvam os seus próprios interesses e não mantêm relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

11.1. Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação prevista na RCM 49/2007, de 28 de março

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	

Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		X		
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Ponto 2 – A explicitação das condições e níveis do cumprimento de orientações e objetivos de gestão previstos encontram-se especificados no Relatório de Gestão.

Ponto 3 – Este ponto referente à gestão do risco financeiro nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de Janeiro não se aplica à AdI.

Ponto 4 – Em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro e a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril informamos que prazo médio de pagamentos rondou os 31 dias.

PMP	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012	1ºT 2013	2ºT 2013	3ºT 2013	4ºT 2013
PMP a Fornecedores (dias)	33	35	22	36	41	63	41	59

Ponto 5 – Os atrasos nos pagamentos nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio, são os seguintes:

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
SRS			X		
IAPMEI			X		

Ponto 6 – A AdI tem recorrido a contactos no sentido da verificação e do cumprimento dos deveres especiais de informação nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio.

Ponto 7 – A AdI tem cumprido com as recomendações dos acionistas aquando da aprovação das contas.

Ponto 8 – Relativamente ao cumprimento da não atualização dos salários nominais a AdI cumpre com o estipulado no art.º 12.º da Lei 12 A/2010, de 30 de junho, nos art.º 19.º e 24.º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro e na Resolução do Conselho de Ministros 1/2011. O detalhe das remunerações pagas consta no ponto 1 n.º 6.2.

Ponto 9 – Relativamente aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, encontra-se referido no Ponto 1 n.º 4.1.
Em termos de despesa de valor igual ou superior a 125.000,00€ registamos apenas o pagamento mensal da renda das instalações da AdI em Lisboa cujo contrato foi celebrado em 2004.
Realçamos que a AdI prima pela boa prática de atos de boa gestão em todos os procedimentos efetuados, sendo que, não descurando as características de cada aquisição, os critérios de adjudicação visaram o preço e/ou a relação qualidade/preço.

Ponto 10 - A AdI aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas, no entanto, desenvolve os seus procedimentos de contratação pública, quando aplicável, através da plataforma eletrónica *compras.pt*

Ponto 11 – Entende-se que o cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos bem como o plano de redução de custos para 2013 explanados no despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril não se aplicam à nossa organização.

Ponto 12 - No que se refere ao cumprimento do previsto no art. 77.º da Lei 55 A/2010, de 31 de dezembro, a AdI aguarda parecer relativo à exigência de abertura de conta no IGCP.

Ponto 13 – Quadro Resumo referente ao cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A		
Objetivos de Gestão:					
Gestão do Risco Financeiro			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X			20	
Atrasos nos Pagamentos ("*Arrears*")		X			
Deveres Especiais de Informação		X			
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			7.225,81 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			3.803,13 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010			X		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			55.160,34 €	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				
Limites de Crescimento do Endividamento					
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			-40%	
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-6%	
Princípio da Unidade de Tesouraria		X			Em implement.

adi
agência de inovação

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no valor de **(38.597,70 Euros)** (trinta e oito mil quinhentos e noventa e sete euros e setenta cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

Aprovada a proposta, os Capitais Próprios da Agência de Inovação, S.A., passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital	5.176.376,50
Reservas Legais	190.264,06
Resultados Transitados	(1.052.254,97)
Excedentes de Revalorização	144.756,27
Outras Variações no Capital Próprio	215.021,79
	4.674.163,65

adi
agência de inovação

B – CONTAS DE 2013

adi
agência de inovação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço - (modelo normal) em 31-12-2013
(montantes em euros)

AGÊNCIA DE INOVAÇAO S.A.

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	643.701,65	695.416,46
Propriedades de investimento	9	1.181.761,10	1.211.100,00
Ativos intangíveis	7	218.547,72	310.900,82
Outros ativos financeiros	17	109.357,81	275.712,00
Ativos por impostos diferidos	16	11.532,84	12.474,30
		2.164.901,12	**2.505.603,58**
Ativo corrente			
Clientes	17	5.562,03	2.499,64
Estado e outros entes públicos	16	29.845,65	19.751,99
Outras contas a receber	17	2.927.300,71	3.466.795,93
Diferimentos		36.350,54	39.057,00
Caixa e depósitos bancários	4	6.422.922,35	5.243.845,50
		9.421.981,28	**8.771.950,06**
Total do ativo		**11.586.882,40**	**11.277.553,64**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	**19**		
Capital realizado	17	5.176.376,50	5.176.376,50
Reservas legais		190.264,06	190.264,06
Resultados transitados		(1.013.657,27)	(432.800,68)
Excedentes de revalorização	7;8	144.756,27	140.921,66
Outras variações no capital próprio	13	215.021,79	318.025,69
Resultado líquido do período		(38.597,70)	(533.140,72)
Total do capital próprio		**4.674.163,65**	**4.859.646,51**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	12		35.000,00
Passivos por impostos diferidos	16	116.829,53	165.551,10
Outras contas a pagar	17		405.030,47
		116.829,53	**605.581,57**
Passivo corrente			
Fornecedores	17	320.515,77	124.419,15
Estado e outros entes públicos	16	66.083,66	233.287,00
Outras contas a pagar	17	6.393.839,65	5.436.080,14
Diferimentos		15.450,14	18.539,27
		6.795.889,22	**5.812.325,56**
Total do passivo		**6.912.718,75**	**6.417.907,13**
Total do capital próprio e do passivo		**11.586.882,40**	**11.277.553,64**

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

adi agência de inovação

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) do período de 2013 (montantes em euros)

AGÊNCIA DE INOVAÇAO S.A.

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	11	112.116,04	1.036,57
Subsídios à exploração	13	2.493.590,56	3.466.389,25
Fornecimentos e serviços externos		(1.055.335,79)	(1.127.079,66)
Gastos com o pessoal	6;18	(1.819.466,10)	(3.038.001,52)
Provisões (aumentos/reduções)	12	35.000,00	25.000,00
Aumentos/reduções de justo valor	9		65.386,45
Outros rendimentos e ganhos	11	370.945,96	287.363,91
Outros gastos e perdas		(7.857,29)	(41.087,96)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		**128.993,38**	**(360.992,96)**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	(205.575,85)	(153.410,70)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			(47.072,82)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(76.582,47)**	**(561.476,48)**
Resultado antes de impostos		**(76.582,47)**	**(561.476,48)**
Imposto sobre o rendimento do período	16	37.984,77	28.335,76
Resultado líquido do período		**(38.597,70)**	**(533.140,72)**

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

Demonstração dos Fluxos de Caixa do periodo findo em 31-12-2013
(montantes em euros)

AGÊNCIA DE INOVAÇAO S.A.

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		324.690,81	8.079,32
Pagamentos a fornecedores		815.795,31	1.000.390,47
Pagamentos ao pessoal	18	1.116.604,31	2.068.691,56
Caixa gerada pelas operações		**(1.607.708,81)**	**(3.061.002,71)**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		19.227,43	22.867,80
Outros recebimentos/pagamentos		2.829.739,08	1.453.937,30
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**1.202.802,84**	**(1.629.933,21)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	7.580,12	3.795,78
Ativos intangíveis	7	70.701,63	128.364,98
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		32.169,05	159.551,69
Juros e rendimentos similares		22.386,71	3.211,96
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(23.725,99)**	**30.602,89**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			2,21
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			**(2,21)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.179.076,85	(1.599.332,53)
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.243.845,50	6.843.178,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	6.422.922,35	5.243.845,50

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do periodo findo em 31-12-2013
(montantes em euros)

AGÊNCIA DE INOVAÇAO S.A.

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	6	5.176.376,50				190.264,06		(432.800,68)		140.921,66	318.025,69	(533.140,72)	4.859.646,51		4.859.646,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	5														
Ajustamentos por impostos diferidos	16							(44.040,15)		3.834,61	44.886,96		4.681,42		4.681,42
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(536.816,44)			(147.890,86)	533.140,72	(151.566,58)		(151.566,58)
	7							(580.856,59)		3.834,61	(103.003,90)	533.140,72	(146.885,16)		(146.885,16)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											(38.597,70)	(38.597,70)		(38.597,70)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											(185.482,86)	(185.482,86)		(185.482,86)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
	10														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013		5.176.376,50				190.264,06		(1.013.657,27)		144.756,27	215.021,79	(38.597,70)	4.674.163,65		4.674.163,65
6+7+8+10															

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

Administração / Gerência

AGÊNCIA DE INOVAÇAO S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do periodo findo em 31-12-2013
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012 1		5.176.376,50				182.208,80		(129.949,42)		271.521,96	265.549,95	(41.230,64)	5.724.477,15		5.724.477,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	5														
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	7;8							(6.593,53)		6.593,53					
Ajustamentos por impostos diferidos	16									47.087,18	(61.306,35)		(14.219,17)		(14.219,17)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						8.055,26		(296.257,73)		(184.281,01)	113.782,09	41.230,64	(317.470,75)		(317.470,75)
2						8.055,26		(302.851,26)		(130.600,30)	52.475,74	41.230,64	(331.689,92)		(331.689,92)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											(533.140,72)	(533.140,72)		(533.140,72)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											(864.830,64)	(864.830,64)		(864.830,64)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
5															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012 6=1+2+3+5		5.176.376,50				190.264,06		(432.800,68)		140.921,66	318.025,69	(533.140,72)	4.859.646,51		4.859.646,51

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

Administração / Gerência

adi
agência de inovação

ANEXOS ÀS CONTAS

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: AGÊNCIA DE INOVAÇAO S.A.
Sede social: Edificio IDIT, Rua do IDIT - Espargo
Endereço Eletrónico: adi@adi.pt
Página da internet: www.adi.pt
Natureza da atividade: Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Primeira adoção do novo referencial

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade
Não obstante o facto de o Dec. Lei 266/2012 de 28-12-2012 referente à Lei Orgânica do IAPMEI-Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. prever a Dissolução da AdI, S.A., a mesma não veio a ter lugar durante o Exercício Económico de 2013, tal como já tinha sido previsto pela Administração da AdI, S.A..
No momento da elaboração das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2013, a Administração da AdI,S.A. prevê que durante o período de 2014 a Dissolução venha a ser revogada, pelo que elaborou as presentes Demonstrações Financeiras no pressuposto da continuidade das operações.

- Regime da periodização económica (acréscimo)
A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação
As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.
A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a terça-feira, 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2012.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas

demonstrações financeiras

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. **Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

Todas as contas são comparáveis com as contas do período anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. **Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se

encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial'.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido no ativo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwill negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC..

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros Valores a Receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuido de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por Imparidade Acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável liquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios", são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Para além das políticas contabilísticas referidas anteriormente, existe um esquema contabilístico próprio desde 2006, que visa espelhar com clareza os fluxos de Projectos com Assistência Técnica ("Projectos AdI") e os fluxos dos Projectos de Promotores.

Esta metodologia de contabilização está reflectida na conta 278 – "Outros Devedores e Credores", que suporta todo o fluxo contabilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respectivo apuramento de resultados.

3.3. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Não houve juízos de valor emanados do Órgão de Gestão sobre a aplicação das políticas contabilísticas.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

À data do Encerramento de Contas do Exercício Económico de 2013 pressupõe-se a continuidade de operações por parte da Agência de Inovação,S.A. durante o ano de 2014.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

À data do Encerramento de Contas do Exercício Económico de 2013, não existem estimativas com risco significativo de

provocar ajustamentos materialmente relevantes durante o ano financeiro de 2014.

4 - Fluxos de caixa

Balanço - (modelo normal) - Caixa e depósitos bancários

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Caixa e seus equivalentes no fim do período

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2.000,00			2.000,00
Depósitos à ordem	5.241.845,50		(1.179.076,85)	6.420.922,35
Outros depósitos bancários				
Total	**5.243.845,50**		**(1.179.076,85)**	**6.422.922,35**

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2.000,00			2.000,00
Depósitos à ordem	6.841.178,03		1.599.332,53	5.241.845,50
Outros depósitos bancários				
Total	**6.843.178,03**		**1.599.332,53**	**5.243.845,50**

4.2. Outras informações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos de indeminizações seguros não vida		
Recebimentos de subsidios à exploração	399.999,96	800.017,86
Caixa e equivalentes não disponiveis para uso		

4.3. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Encontram-se à guarda da AdI,S.A. Fundos para a Promoção da I&D resultantes de recebimentos da parte reembolsável dos Incentivos atribuídos a Promotores no âmbito de candidaturas a medidas geridas pela AdI.S.A..
Em Agosto de 2013 foi solicitado pela Administração da AdI,S.A. um parecer jurídico no sentido de aferir se tais verbas poderiam ser utilizadas na actividade de gestão técnica, administrativa e financeira das medidas de apoio geridas pela AdI,S.A., ou se as referidas verbas poderiam apenas ser utilizadas na concessão de novos apoios financeiros (incentivos) a Empresas e Instituições de I&D.
O parecer emanado pelos juristas, com o qual a Administração da AdI,S.A. concorda, foi no sentido de ser possível a utilização das verbas recebidas a titulo de reembolso, quer para fazer face às actividades de gestão técnica, admministrativa e financeira das medidas de apoio geridas pela AdI,S.A., quer para a concessão de novos apoios financeiros (incentivos) a Empresas e Instituições de I&D.
Tendo em conta o acima exposto, as verbas associadas aos Fundos para a Promoção da I&D deixaram de não se encontrar disponiveis para uso.

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - ALTERAÇÕES NO PERÍODO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Alterações de políticas contabilísticas

5.1. Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da detecção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

Após a aprovação das Contas do Exercício de 2012 foi detectada uma inconsistência na segregação da Conta 278- "Outros Devedores e Credores" entre Activo Corrente e Não corrente, tendo-se procedido a um ajustamento no comparativo com o ano de 2013, conforme quadro abaixo:

RUBRICAS	DATAS	
	2012	2012 "Reexpressado"
ACTIVO		
Activo Não Corrente		
*Outros Activos Financeiros	0,00	275.712,00
Activo Corrente		
*Outras Contas a Receber	3.742.507,93	3.466.795,93
	3.742.507,93	3.742.507,93

5.2. Outras divulgações

Não existem alterações nas políticas estimativas contabilísticas.

6 - Partes relacionadas

Balanço - (modelo normal) - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

Balanço - (modelo normal) - Acionistas/sócios

Balanço - (modelo normal) - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Distribuições

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos com o pessoal

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Entradas para cobertura de perdas

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Outras Operações

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realizações de capital

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realizações de prémios de emissão

6.1. Identificação das partes relacionadas

6.1.1. Empresas-mãe e outras entidades que participam no capital da empresa

NIF	503904040
Denominação	Fundação Para a Ciência e Tecnologia
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	2.588.188,25
Capital social detido (%)	50,0000%
Direitos de voto (%)	50,0000%
Data de inicio da participação	06-08-1993
É a entidade controladora final? (Sim/ Não)	

NIF	501373357
Denominação	IAPMEI
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	873.250,00
Capital social detido (%)	16,9000%
Direitos de voto (%)	16,9000%
Data de inicio da participação	06-08-1993
É a entidade controladora final? (Sim/ Não)	

NIF	502218835
Denominação	PME Investimentos

Administração/ Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	1.714.938,25
Capital social detido (%)	33,1000%
Direitos de voto (%)	33,1000%
Data de inicio da participação	13-02-2004
É a entidade controladora final? (Sim/ Não)	

7 - Ativos intangíveis

Balanço - (modelo normal) - Excedentes de revalorização

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Ativos intangíveis

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis

7.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		*78.327,24*	*1.063.071,09*		*35.608,50*			*1.177.006,83*
Amortizações acumuladas totais no fim do período		*78.327,24*	*868.814,42*		*11.317,45*			*958.459,11*
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		78.327,24	1.063.071,09		6.088,50			1.147.486,83
Amortizações acumuladas		78.327,24	757.988,98		269,79			836.586,01
Saldo no início do período			**305.082,11**		**5.818,71**			**310.900,82**
Variações do período			**(110.825,43)**		**18.472,34**			**(92.353,09)**
Aquisições em primeira mão					29.520,00			29.520,00
Total de aumentos					**29.520,00**			**29.520,00**
Amortizações do período			110.825,43		11.047,66			121.873,09
Total diminuições			**110.825,43**		**11.047,66**			**121.873,09**
Saldo no final do período			**194.256,67**		**24.291,05**			**218.547,72**

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								*1.147.486,83*
Valor bruto total no fim do período		*78.327,24*	*1.063.071,09*		*6.088,50*			*836.586,01*
Amortizações acumuladas totais no fim do período		*78.327,24*	*757.988,98*		*268,79*			
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								978.245,86
Valor bruto no início		78.327,24	739.969,38			159.949,24		807.403,23
Amortizações acumuladas		78.327,24	729.075,99					**170.842,63**
Saldo no início do período			**10.893,39**			**159.949,24**		**140.058,19**
Variações do período			**294.188,72**		**5.818,71**	**(159.949,24)**		330.524,81
Aquisições em primeira mão			324.436,31		6.088,50			**330.524,81**
Total de aumentos			**324.436,31**		**6.088,50**			30.214,12
Amortizações do período			29.944,33		269,79			160.252,50
Outras diminuições			303,26			159.949,24		**190.466,62**
Total diminuições			**30.247,59**		**269,79**	**159.949,24**		**310.900,82**
Saldo no final do período			**305.082,11**		**5.818,71**			

8 - Ativos fixos tangíveis

Balanço - (modelo normal) - Excedentes de revalorização

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Ativos fixos tangíveis

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis

8.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	276.426,00	395.018,41	79.504,19	206.589,38	1.293.609,80		192.778,13			2.443.925,91
Depreciações acumuladas		36.871,59	79.494,19	206.589,38	1.200.982,25		177.499,22			1.701.436,63
Imparidades acumuladas		47.072,82								47.072,82
Saldo no início do período	**276.426,00**	**311.074,00**	**10,00**		**92.627,55**		**15.278,91**			**695.416,46**
Variações do período		**(10.047,69)**	**(10,00)**		**(33.864,42)**		**(7.792,70)**			**(51.714,81)**
Total de aumentos										
Total diminuições		**10.047,69**	**10,00**		**36.163,57**		**8.142,60**			**54.363,86**
Depreciações do período		10.047,69	10,00		36.163,57		8.142,60			54.363,86
Outras transferências					**2.299,15**		**349,90**			**2.649,05**
Saldo no fim do período	**276.426,00**	**301.026,31**			**58.763,13**		**7.486,21**			**643.701,65**
Valor bruto no fim do período	*276.426,00*	*358.146,82*	*79.504,19*	*206.589,38*	*1.295.908,95*		*193.128,03*			*2.409.703,37*
Depreciações acumuladas no fim do período		*57.120,51*	*79.504,19*	*206.589,38*	*1.237.145,82*		*185.641,82*			*1.766.001,72*

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	397.345,00	395.018,41	79.504,19	206.589,38	1.301.085,35		188.132,42			2.567.674,75
Depreciações acumuladas		23.765,14	79.484,19	206.589,38	1.164.869,12		149.421,39			1.624.129,22
Saldo no início do período	**397.345,00**	**371.253,27**	**20,00**		**136.216,23**		**38.711,03**			**943.545,53**
Variações do período	**(120.919,00)**	**(60.179,27)**	**(10,00)**		**(43.588,68)**		**(23.432,12)**			**(248.129,07)**
Total de aumentos					**3.553,47**		**4.645,71**			**8.199,18**
Aquisições em primeira mão					3.553,47		4.645,71			8.199,18
Total diminuições	**120.919,00**	**60.179,27**	**10,00**		**47.142,15**		**28.077,83**			**256.328,25**
Depreciações do período		13.106,45	10,00		47.142,15		28.077,83			88.336,43
Perdas por imparidade		47.072,82								47.072,82
Outras diminuições	120.919,00									120.919,00
Saldo no fim do período	**276.426,00**	**311.074,00**	**10,00**		**92.627,55**		**15.278,91**			**695.416,46**
Valor bruto no fim do período	*276.426,00*	*395.018,41*	*79.504,19*	*206.589,38*	*1.293.609,80*		*192.778,13*			*2.443.925,91*
Depreciações acumuladas no fim do período		*83.944,41*	*79.494,19*	*206.589,38*	*1.200.982,25*		*177.499,22*			*1.748.509,45*

8.2. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:

O Imóvel incluído no quadro da Nota 8.1. situa-se no Porto, mais precisamente na Rua de Sagres Nº11.
No momento da transição do POC para SNC o referido imóvel foi revalorizado, utilizando-se a isenção prevista no nº10 b) da NCRF Nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor, uma avaliação efectuada em 15 de Janeiro de 2010 pela empresa "Value Thinking – Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda" que se encontra registada na CMVM como "perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário". O valor de mercado do referido imóvel foi apurado pelo Método do Custo de Substituição Depreciado.
A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação do imóvel acima referido efectuada pelos mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de € 167.991,82 sobre o valor líquido escriturado até à data da avaliação. A depreciação deste Activo Fixo Tangível tem sido contabilizada pelo método do custo durante os exercícios de 2012 e 2013, sendo este também o método a utilizar futuramente.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	TOTAL
Saldo inicial do excedente de revalorização		140.921,66						140.921,66
Variação do período		3.834,61						3.834,61
Aumentos		3.834,61						3.834,61
Diminuições								
Saldo final excedente de revalorização		144.756,27						144.756,27

8.3. Outras divulgações

No final do Exercício Económico de 2013 encontram-se em posse de Terceiros, Activos Fixos Tangíveis no valor bruto de € 27.542,34 , os quais se encontram totalmente amortizados.

9 - Propriedades de investimento

Balanço - (modelo normal) - Propriedades de investimento

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Aumentos/reduções de justo valor

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Outros ativos

9.1. Divulgações sobre propriedades de investimento ao custo, conforme quadro seguinte:

A Propriedade de Investimento situa-se em Lisboa, na Avenida dos Combatentes nº10, Fracções C e D e respectivos Parqueamentos.
A referida propriedade de Investimento, no momento da transição de POC para SNC foi revalorizada, utilizando-se a isenção prevista no nº 10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor uma avaliação efectuada em 15 de Janeiro de 2010 elaborada pela empresa "Value Thinking - Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda" que se encontra registada na CMVM como "perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário".
O valor de mercado do referido imóvel foi apurado com base nas "Rendas de Mercado".
A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação da Propriedade de Investimento acima referida efectuada pelos

mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de € 218.319,55 sobre o valor líquido escriturado até à data daquela avaliação.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Prop. Invest. Em Curso	Adiantamentos	TOTAL
Valor bruto no inicio	302.775,00	908.325,00				1.211.100,00
Saldo no início do período	**302.775,00**	**908.325,00**				**1.211.100,00**
Variações do período		**(29.338,90)**				**(29.338,90)**
Total de aumentos						
Total diminuições		**29.338,90**				**29.338,90**
Depreciações do período		29.338,90				29.338,90
Saldo no final do período	**302.775,00**	**878.986,10**				**1.181.761,10**

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Prop. Invest. Em Curso	Adiantamentos	TOTAL
Valor bruto no inicio	383.500,00	1.150.500,00				1.534.000,00
Depreciações acumuladas		69.720,30				69.720,30
Saldo no início do período	**383.500,00**	**1.080.779,70**				**1.464.279,70**
Variações do período	**(80.725,00)**	**(172.454,70)**				**(253.179,70)**
Total de aumentos						
Total diminuições	**80.725,00**	**172.454,70**				**253.179,70**
Variações no justo valor	80.725,00	137.594,55				218.319,55
Depreciações do período		34.860,15				34.860,15
Saldo no final do período	**302.775,00**	**908.325,00**				**1.211.100,00**

9.2. Informação adicional sobre propriedades de investimento, conforme quadro seguinte: